



Universidade de Brasília - UnB
Faculdade UnB Gama - FGA
Engenharia de Software

**Estudo sobre técnicas de Engenharia de Prompt
para a geração de petições iniciais de pequenas
causas usando Modelos de Linguagem de
Grande Porte**

Autor: Luan Vasco Cavalcante

Orientador: Professor Dr. Nilton Correia da Silva

Brasília, DF

2024



Luan Vasco Cavalcante

**Estudo sobre técnicas de Engenharia de Prompt para a
geração de petições iniciais de pequenas causas usando
Modelos de Linguagem de Grande Porte**

Monografia submetida ao curso de graduação em (Engenharia de Software) da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em (Engenharia de Software).

Universidade de Brasília - UnB

Faculdade UnB Gama - FGA

Orientador: Professor Dr. Nilton Correia da Silva

Coorientador: Professor Dr. José Roberto Pimenta Ferreti da Costa

Brasília, DF

2024

Luan Vasco Cavalcante

Estudo sobre técnicas de Engenharia de Prompt para a geração de petições iniciais de pequenas causas usando Modelos de Linguagem de Grande Porte/ Luan Vasco Cavalcante. – Brasília, DF, 2024-

85 p. : il. (algumas color.) ; 30 cm.

Orientador: Professor Dr. Nilton Correia da Silva

Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade de Brasília - UnB
Faculdade UnB Gama - FGA , 2024.

1. Modelos de Linguagem de grande porte. 2. Geração de peças jurídicas. I. Professor Dr. Nilton Correia da Silva. II. Universidade de Brasília. III. Faculdade UnB Gama. IV. Estudo sobre técnicas de Engenharia de Prompt para a geração de petições iniciais de pequenas causas usando Modelos de Linguagem de Grande Porte

CDU 02:141:005.6

Agradecimentos

Quero expressar minha gratidão a todos os membros da minha família. Em especial, gostaria de agradecer ao meu pai, Alessandro, e à minha mãe, Zizileia, por me proporcionarem não apenas educação, mas também todo o suporte necessário para o meu crescimento.

Agradeço também ao meu irmão, Lucas, e à minha avó, Madalena, por estarem sempre presentes e sempre torcerem pelo sucesso de todos da família.

Agradeço aos meus colegas da Faculdade do Gama, que estiveram ao meu lado nesta longa e desafiadora jornada.

Agradeço também ao Professor Nilton por me orientar nesse Trabalho de Conclusão de Curso.

*“Inteligência é a habilidade de evitar fazer o trabalho,
e mesmo assim conseguir ter o trabalho realizado (Linus Torvalds)*

Resumo

Este trabalho realiza um estudo sobre técnicas de Engenharia de Prompt para a geração de Petições Iniciais de pequenas causas usando o GPT-4-Turbo. O objetivo principal é avaliar a qualidade das petições iniciais geradas pelo modelo, considerando diferentes técnicas de prompt. Especificamente, propõe-se um método de avaliação da qualidade das peças geradas e realiza-se um estudo de engenharia de prompt com o intuito de responder à seguinte questão: o GPT-4 Turbo é capaz de gerar petições iniciais válidas de acordo com o Código de Processo Civil?. A metodologia aplicada foi a geração de petições iniciais a partir de diferentes prompts, um método de avaliação da qualidade das produções e a aplicação do método. Os resultados obtidos indicam que o LLM gera petições iniciais que são em sua maioria, aprovadas por profissionais da área do Direito e são produzidas em um tempo médio menor que 2 minutos. O trabalho conclui que os objetivos foram atingidos e a pergunta respondida de forma afirmativa.

Palavras-chaves: Inteligência artificial. LLM. Petição inicial. Aprendizado de máquina. Engenharia de Prompt. IA no Direito. Geração de conteúdo.

Abstract

This work carries out a study on Prompt Engineering techniques for generating Petitions for small claims using gpt-4-turbo. The main objective is to evaluate the quality of the initial requests generated by the model, considering different prompt techniques. Proposing a method for evaluating the quality of the generated parts and a prompt engineering study that aims to answer the following question: Can gpt-4-turbo generate valid initial requests in accordance with the Civil Procedure Code?. The methodology applied was the generation of initial petitions from different prompts, a method of evaluating the quality of productions and the application of the method. The results obtained state that GPT-4-turbo generates initial petitions with a 75% approval rate and in an average time of less than 2 minutes. The work concludes that the objectives were achieved and the question was answered in the affirmative.

Key-words:Artificial intelligence. LLM. Inicial petition. Machine learning. Prompt Engineering. AI in Law. Content generation.

Lista de ilustrações

Figura 1 – Exemplo de Prompt de Instrução usando ChatGPT 3.5	24
Figura 2 – Exemplo de Prompt de Atribuição de papéis usando ChatGPT 3.5 . . .	24
Figura 3 – Exemplo de <i>Prompt Zero-Shot</i> usando ChatGPT 3.5	25
Figura 4 – Exemplo de <i>prompt One-shot</i>	25
Figura 5 – Exemplo de <i>prompt few-shot</i>	26
Figura 6 – Fluxo geral do trabalho	33
Figura 7 – Tela inicial do protótipo	35
Figura 8 – Tela de obtenção dos dados do protótipo	35
Figura 9 – Código que utiliza a API da openAI utilizando o gpt-4-turbo	38
Figura 10 – Fluxo de criação do <i>prompt</i> utilizando <i>prompts</i> menores	39
Figura 11 – Etapa de análise das peças geradas	39
Figura 12 – Análise dos resultados obtidos na escala <i>Likert</i>	44
Figura 13 – Análise Petição Inicial 1 - <i>One Prompt, No Shot</i> com <i>Role</i>	45
Figura 14 – Análise Petição Inicial 2 - Divisão em partes menores, <i>No shot</i> e com <i>Role</i>	45
Figura 15 – Análise da Petição Inicial 3 - Divisão em partes menores, <i>No shot</i> e sem <i>Role</i>	46
Figura 16 – Análise da Petição Inicial 4 - Divisão em partes menores, <i>One shot</i> e <i>Role</i>	46
Figura 17 – Análise da Petição Inicial 5 - Divisão em partes menores, <i>One shot</i> e sem <i>Role</i>	47
Figura 18 – Análise da Petição Inicial 6 - Divisão em partes menores, <i>One shot</i> , com <i>Role</i> e com Dos Fatos dividido	47

Lista de abreviaturas e siglas

IA	Inteligência Artificial
LLM	EN-US: <i>Large Language Model</i> / PT-BR: Modelos de Linguagem de Grande Porte
PLN	Processamento de Linguagem Natural
NLP	EN-US: <i>Natural Language Processing</i> / PT-BR: Processamento de Linguagem Natural
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
GPT	EN-US: <i>Generative Pre-Trained Transformer</i> / PT-BR: Transformador Pré-treinado Generativo
RNN	EN-US: <i>Recurrent Neural Network</i> / PT-BR : Redes Neurais Recorrentes
LSTM	EN-US : <i>Long-Short Term Memory</i> / PT-BR : Memória de Longo-Curto Prazo
API	EN-US: <i>Application Programming Interface</i> / PT-BR: Interface de Programação de Aplicativos
TCC1	Trabalho de Conclusão de Curso I
TCC2	Trabalho de Conclusão de Curso II

Sumário

1	INTRODUÇÃO	17
	Introdução	17
1.1	Justificativa	18
1.2	Objetivos	18
2	REFERENCIAL TEÓRICO	21
	Referencial Teórico	21
2.1	Trabalhos relacionados	21
2.2	Modelos de linguagem	22
2.3	LLM	22
2.3.1	Transformers	22
2.3.2	Alto volume de dados disponíveis na internet	23
2.4	Engenharia de Prompt	23
2.5	Petição Inicial	27
2.6	Ferramentas	28
I	TEXTO E PÓS TEXTO	31
3	METODOLOGIA	33
3.1	Visão geral	33
3.1.1	Obtenção dos dados e pedidos	33
3.2	Experimentos de diferentes técnicas de prompt para geração de petições iniciais	36
3.2.1	Engenharia de Prompt	36
3.2.2	Geração das petições	37
3.3	Método de avaliação da qualidade de petições iniciais	39
3.4	Dos resultados	43
3.5	Conclusão	49
	REFERÊNCIAS	51

APÊNDICES	53
APÊNDICE A – PROMPTS	55
ANEXOS	61
ANEXO A – PETIÇÃO INICIAL 1	63
ANEXO B – PETIÇÃO INICIAL 2	65
ANEXO C – PETIÇÃO INICIAL 3	69
ANEXO D – PETIÇÃO INICIAL 4	73
ANEXO E – PETIÇÃO INICIAL 5	77
ANEXO F – PETIÇÃO INICIAL 6	81

1 Introdução

Ao longo da última década, a Inteligência Artificial (IA) tem testemunhado avanços notáveis, impulsionados pelo aprofundamento do método científico, acesso a computadores mais potentes e a expansão da internet, resultando em um vasto acúmulo de dados disponíveis online. Todas essas condições são favoráveis ao desenvolvimento dessa área e consequentemente, outros campos são beneficiados.

Neste estudo, exploramos o uso de Modelos de Linguagem de Grande Porte, do inglês *Large Language Models (LLM)*, para a geração de Petições Iniciais de Pequenas Causas. Importante ressaltar que nesse trabalho **não** serão abordadas questões éticas envolvidas com a geração de texto usando IA.

A IA é uma área de ciências e engenharia que busca a criação de um ente inteligente. Entretanto, a definição de “inteligente” é notavelmente complexa. Em 1950, Alan Turing propôs o Teste de Turing, que visava submeter um computador a questionamentos em texto por um ser humano; se, ao final do questionário, o humano não conseguisse distinguir se as respostas provinham de um computador ou de um indivíduo, o computador seria considerado aprovado no teste (RUSSEL; NORVIG, 1956).

O teste de Turing exigia que o computador demonstrasse excelência em uma disciplina conhecida como Processamento de Linguagem Natural (PLN) ou Natural Language Processing (NLP) (RUSSEL; NORVIG, 1956). É nesse âmbito que este trabalho acontece, especialmente em um campo da IA que se tornou muito relevante para o público após a publicação sobre *Transformers* e posteriormente o lançamento de tecnologias como ChatGPT da OpenAI, BERT do Google e o Llama2 da Meta. Esses são exemplos de Modelos de Linguagem de Grande Porte.

Large Language Models (LLM), Modelos de Linguagem de Grande Porte, são sistemas avançados de IA que recebem alguma entrada e produzem uma resposta muito parecida com a de um humano. Os LLMs são utilizados pelas companhias para a criação de tecnologias como *chatbots*, assistentes virtuais, geração de código e depuração, análise de sentimento, classificação de textos, tradução, resumos, geração de conteúdo e assim por diante (STANFORD, 2023).

Com uma ferramenta tão poderosa, várias áreas estão sendo beneficiadas com a sua eficiência e sua capacidade de resolver problemas por meio de perguntas e respostas. Na área do Direito não poderia ser diferente. De acordo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) houve um aumento de 171% no número de projetos de IA desenvolvidos ou em desenvolvimento nos tribunais de todo o país em junho de 2022, comparado com o ano anterior (SINTRAJUFE, 2023). Com esse aumento, é desejado que os estudos avancem

rumo a eficiência e melhoria dos processos no judiciário.

O problema abordado neste trabalho foi **a geração de peças jurídicas, em especial, as petições iniciais de pequenas causas**, que são utilizadas na área do Direito para iniciar um processo civil com o valor de até 40 salários mínimos e são julgadas pelo Juizado Especial Cível (JEC)([TERRITÓRIOS, 2023a](#)).

1.1 Justificativa

A relevância desse trabalho reside na multiplicidade de benefícios que ele pode oferecer. No contexto brasileiro, a adoção de uma tecnologia assim pode ser altamente benéfica, especialmente considerando a falta de conhecimento jurídico de muitas pessoas no país.

O Brasil tem uma parcela significativa da população que afirma não ter um conhecimento básico sobre questões legais. Um estudo do Senado realizado em 2013 revelou que, dentre 811 pessoas maiores de 16 anos entrevistadas, 7,8% admitiram não ter qualquer conhecimento da Constituição, enquanto outros 35,1% afirmaram ter um conhecimento limitado sobre ela ([FEDERAL, 2013](#)).

A constatação desse dado é preocupante, especialmente por se tratar da própria Constituição do país. Isso sugere que se o documento mais importante do Direito é desconhecido por uma parcela considerável da população, é razoável inferir que outros textos legais também são pouco conhecidos. Esse cenário leva a inúmeras situações em que os brasileiros podem ser prejudicados no seu cotidiano por falta de conhecimento sobre seus direitos e deveres legais.

Para enfrentar essa lacuna de conhecimento, várias soluções baseadas em Inteligência Artificial (IA) podem ser exploradas. Este projeto busca a geração de petições iniciais a partir de um LLM. A geração de uma boa peça jurídica pode ser útil no quesito de autonomia. Por exemplo, um cidadão querendo iniciar um processo ou um advogado que irá escrever uma petição para representar um cliente. Isso não apenas simplifica o acesso à justiça, mas também capacita os indivíduos a exercerem seus direitos legais de forma mais correta e independente.

1.2 Objetivos

O objetivo geral dessa pesquisa é avaliar a qualidade das petições iniciais geradas pelo **gpt-4.0-turbo**, considerando diferentes técnicas de *prompt*. Os objetivos específicos são:

- Experimentar diferentes técnicas de *prompt* para geração de petições iniciais.

- Propor um método de avaliação da qualidade de petições iniciais.
- Avaliar a qualidade das petições geradas.

2 Referencial Teórico

Este capítulo apresenta uma discussão sobre os modelos de linguagem de acordo com os trabalhos escolhidos, incluindo modelos de linguagem de grande porte, uma breve reflexão sobre o que é Inteligência Artificial e seus impactos no Direito, um estudo de Engenharia de Prompt e a explicação da peça jurídica escolhida: a Petição Inicial.

2.1 Trabalhos relacionados

O primeiro trabalho que compõe o referencial teórico é um curso de Modelos de Linguagem disponibilizado pela Universidade de Stanford ([STANFORD, 2023](#)). Este curso aborda a teoria e a prática por trás do desenvolvimento e utilização de modelos de linguagem, destacando os avanços mais recentes e as técnicas fundamentais utilizadas na área de modelos de linguagem. O curso foi importantíssimo para o aprofundamento do estudo nessa área.

O segundo trabalho é o famoso artigo *Attention is All You Need*, elaborado pela equipe do Google, e que representou um marco significativo no campo da Inteligência Artificial, introduzindo o modelo conhecido como *Transformer*. Essa publicação descreve uma arquitetura de rede neural que dispensa as tradicionais camadas recorrentes e convolucionais, introduzindo mecanismos de “Atenção” para efetivamente capturar dependências de longo alcance em dados sequenciais ([VASWANI et al., 2017](#)). O *Transformer* revolucionou o processamento de linguagem natural, tornando-se a base para muitos dos modelos de linguagem de última geração, incluindo o *BERT - Bidirectional Encoder Representations from Transformers* ([DEVLIN et al., 2019](#)).

Outro trabalho utilizado como referência foi um artigo que fez a comparação de advogados com LLMs, esse estudo concluiu que na tarefa de análise de contratos jurídicos, o GPT superou os advogados em tempo e em custo ([MARTIN et al., 2024](#)). Diferentemente do estudo em questão, este trabalho propõe não a análise de contratos, mas a geração de peças jurídicas utilizando LLMs. No entanto, a metodologia do estudo contribuiu para o método de análise que será proposto. Ainda na área do Direito ([TAN; WESTERMANN; BENYEKHFLEF, 2023](#)) analisa o *ChatGPT* como fonte de informações jurídicas para pessoas leigas, comparando a sua eficiência com o *JusticeBot*, uma ferramenta de apoio à decisão jurídica ([WESTERMANN; BENYEKHFLEF, 2023](#)).

Seguindo a linha dos artigos, esse trabalho se aproveita do esforço em melhorar os resultados a partir de *Prompts* bem escritos e o uso de IA na área jurídica, porém, aprofunda-se na geração de uma peça jurídica específica a partir de uma causa definida,

não sendo facultado ao usuário a possibilidade de escolha e consultoria legal.

Outro trabalho relacionado é o Guia de Engenharia de Prompt (SARAVIA, 2022), o qual discorre sobre técnicas de prompt, alguns modelos e vários contextos onde essa engenharia faz sentido. O trabalho está significativamente relacionado com o tema, pois foi feita uma exploração de diferentes abordagens ao LLM.

2.2 Modelos de linguagem

O modelo de linguagem, em sua definição clássica, pode ser caracterizado como uma representação de probabilidades relacionadas a sequências de tokens (STANFORD, 2023). Com a evolução natural da área de computação, é esperado que essas probabilidades fiquem cada vez melhores, e conseqüentemente que o resultado dos modelos de linguagem façam cada vez mais sentido. Para isso, mais dados e melhores algoritmos são utilizados, aprimorando cada vez mais o desempenho. Nesse trabalho, foram utilizados *Large Language Models* (LLM). Eles são abordados na seção seguinte.

2.3 LLM

Durante muito tempo, os modelos de linguagem *n-gram* foram a escolha predominante em aplicações de NLP, como sugestão de texto em teclados, correção ortográfica e identificação de idiomas, sendo considerados os principais modelos de linguagem em uso. No entanto, recentemente, com o avanço significativo dos LLMs, uma gama mais ampla de aplicações tem sido exploradas. Nas seções abaixo, são explicadas algumas das razões que possibilitaram a implementação dessa ferramenta.

2.3.1 Transformers

Um dos avanços mais significativos na área de IA foi a introdução do *Transformer* em 2017 por pesquisadores do Google e da Universidade de Toronto, detalhado no artigo *Attention is All You Need* (VASWANI et al., 2017). O *Transformer* surgiu como uma solução inovadora para superar as limitações das implementações baseadas em *Recurrent Neural Network* (RNN).

As desvantagens encontradas nas abordagens anteriores estavam relacionadas à linearidade do processamento e à subsequente dificuldade de paralelização, tornando o treinamento caro e de difícil utilização com grandes volumes de dados. Além disso, essas abordagens não conseguiam manter efetivamente o contexto inicial do texto conforme o treinamento ia atingindo o fim (VASWANI et al., 2017).

O *Transformer* resolveu esses problemas através de três componentes-chave: codificações posicionais, atenção e autoatenção. Isso permitiu o processamento eficiente de sequências textuais extensas. Um elemento crucial desse modelo é a sua capacidade de realizar cálculos de forma *feed-forward*, o que facilita a paralelização do processo.

2.3.2 Alto volume de dados disponíveis na internet

Uma outra característica fundamental que viabilizou o desenvolvimento dos LLMs (Modelos de Linguagem com Grande Porte) foi a imensa quantidade de dados textuais disponíveis na internet. Para ilustrar a magnitude desses dados, o índice de busca da Google tem 100 *petabytes* (GOOGLE, 2023a) e o conteúdo da Wikipedia tem 22 GB (WIKIPEDIA, 2023).

O dados de treinamento desses modelos são encontrados na internet. Mas não são todos os dados da internet que são utilizados para treinamento. No ChatGPT por exemplo, foram utilizadas bases científicas de artigos e publicações, repositórios de códigos, toda a wikipedia e muitos dados de grandes *crawlers* (STANFORD, 2023). A combinação dessa imensa quantidade de dados com um ótimo hardware possibilitou o treinamento com qualidade, gerando o resultado de modelos de linguagem de grande porte tão abrangentes e fluidos.

2.4 Engenharia de Prompt

A engenharia tem o objetivo de estudar como fazer a melhor pergunta para obter a melhor resposta (GOOGLE, 2023b). Outra definição de Engenharia de *Prompt* é o processo de refinar o seu prompt ao longo do tempo para obter melhores resultados (SCHULHOFF; CONTRIBUTORS, 2022). Estudar engenharia de *prompt*, em especial no nosso caso é muito importante pois a nossa produção será inteiramente construída por um modelo de linguagem. Sabendo disso, saber como fazer o pedido certo de petição, pode aumentar significativamente a qualidade da peça produzida.

O *prompt* pode conter alguns elementos como por exemplo : Instruções, Contexto, Dados de Entrada e Especificação da Saída (SARAVIA, 2022). Ainda explorando o conceito e os elementos que compõe um *prompt*. Algumas técnicas podem ser utilizadas para obter o melhor resultado.

- Instruções : Consiste em dar instruções para a inteligência artificial. Essa técnica geralmente é combinada com outras. As instruções podem ser simples como resolver contas de multiplicação; ou complexas como entender o padrão de uma entrada e gerar uma saída que siga o mesmo padrão. Para o objetivo do trabalho nossa

instrução será complexa. Na figura 1 é dado uma instrução de extrair nomes de um texto e devolver no formato <Nome,Sobrenome>.

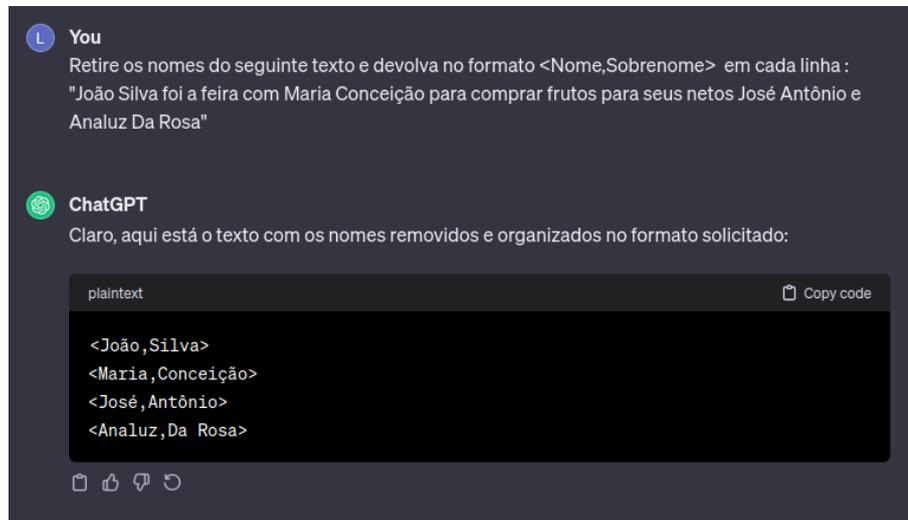


Figura 1 – Exemplo de Prompt de Instrução usando ChatGPT 3.5

- Papéis : Atribuir papéis para um prompt pode ser muito útil quando se deseja ter uma resposta com uma característica que pertence a um papel na sociedade. Como por exemplo na figura 2, fazer a avaliação de uma comida como se fosse um chefe renomado de cozinha.
- Exemplos : Consiste em dar exemplos para que o modelo possa aprender a partir da entrada fornecida. A estrutura dos exemplos é muito importante, pois saber escrevê-los pode mudar o formato da saída e atender melhor a especificação da entrada (GENERATIVEAI, 2023).

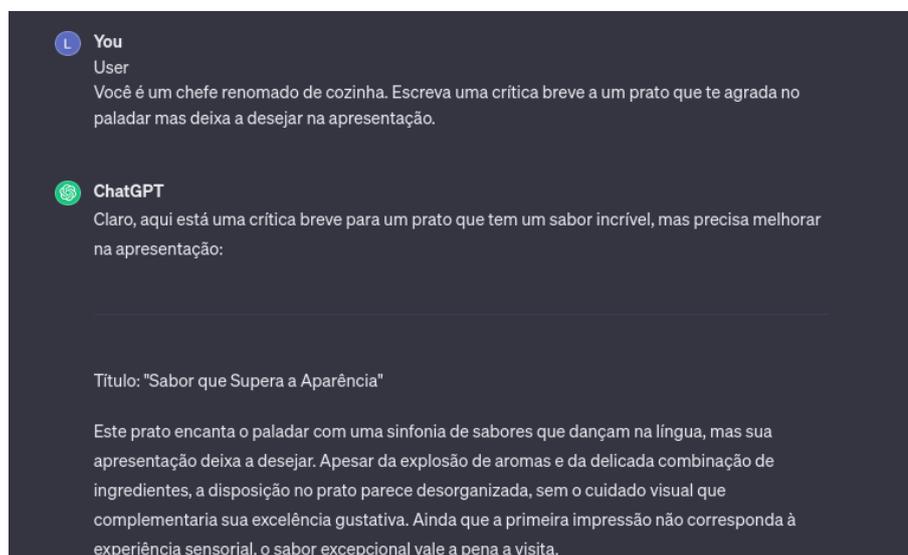


Figura 2 – Exemplo de Prompt de Atribuição de papéis usando ChatGPT 3.5

- *Zero-shot*: É o mais simples dos *prompts*, o usuário apenas dá a sua instrução sem fornecer nenhum exemplo prévio, por isso "zero"shot. Na figura 3 é dado uma instrução sem fornecer exemplos:

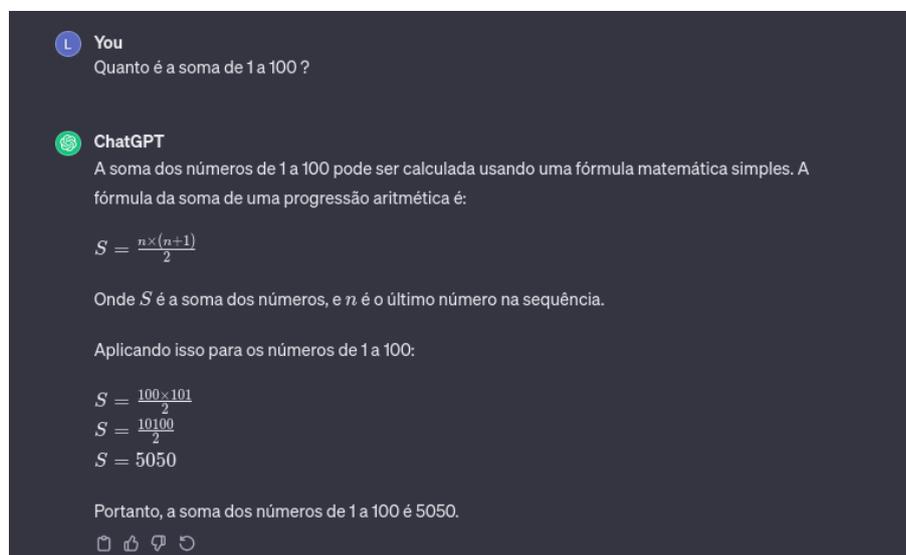


Figura 3 – Exemplo de *Prompt Zero-Shot* usando ChatGPT 3.5

- *One-Shot*: Nesse caso, o usuário fornece um exemplo para o modelo. Na figura 4 é dado um exemplo e formato para o modelo seguir.
- *Few-shot*: É quando mostramos ao modelo 2 ou mais exemplos. Geralmente, quanto mais exemplos demos ao modelo, melhor fica a sua resposta. Na figura 5,

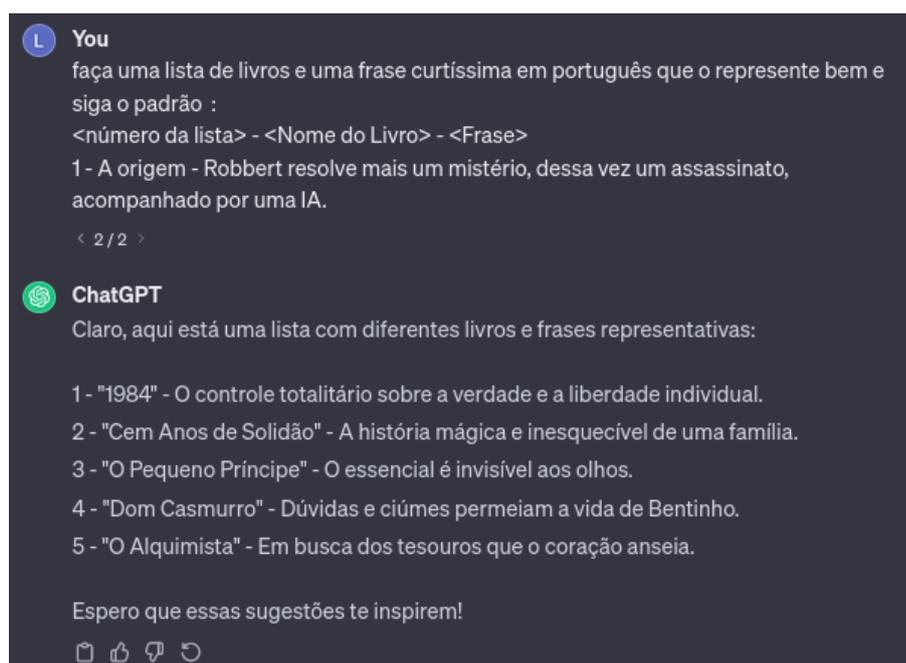


Figura 4 – Exemplo de *prompt One-shot*

o modelo foi capaz de seguir os exemplos dados e não precisou da especificação do formato.

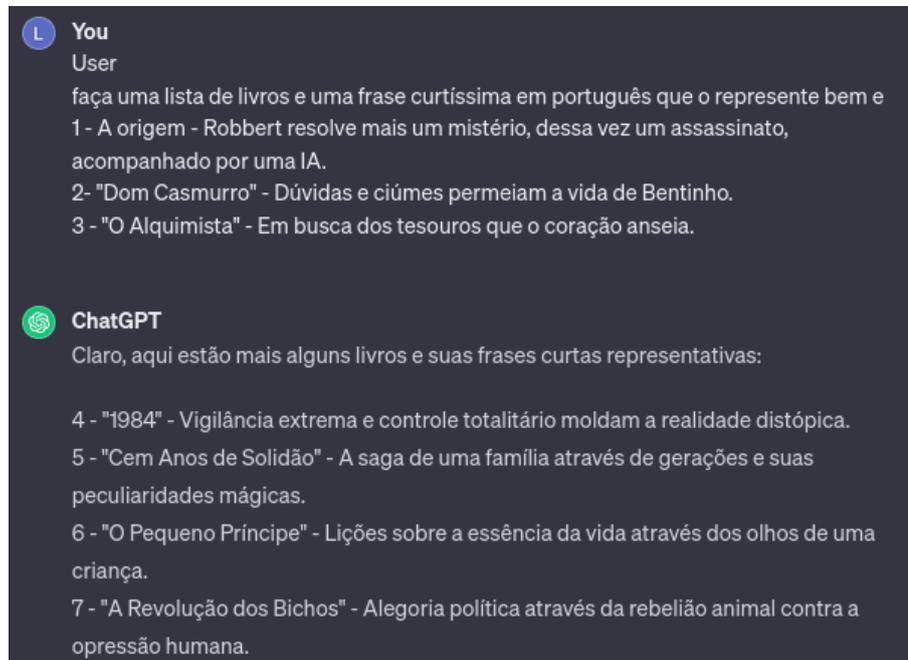


Figura 5 – Exemplo de *prompt few-shot*

- Combinação de técnicas : Como explicado acima, existem diversas maneiras de dar uma instrução e várias técnicas para ajudar o Modelo a atingir o objetivo do usuário. A combinação de técnicas é mais uma dessas opções e ela consiste em utilizar 2 ou mais técnicas simultaneamente para melhorar significativamente a saída do agente inteligente (SCHULHOFF; CONTRIBUTORS, 2022).
- Passo a passo : Pedir ou fornecer um passo a passo da resolução do problema pode ser vantajoso para o modelo de linguagem, pois diminui a invenção de dados, conhecido como alucinação. Esse termo foi adotado pela comunidade porém não implica que o modelo tenha obtido consciência, continua seguindo sua definição matemática.
- Dividir em tarefas menores : Dividir a tarefa que irá ser passada para o LLM também facilita bastante o resultado. Porém, há uma preparação maior do usuário e ditar o fluxo de uma tarefa após a outra.

2.5 Petição Inicial

A petição jurídica é a ferramenta utilizadas para formalizar seus pedidos e pleitos durante um processo, com o objetivo de requerer a intervenção do Poder Judiciário. A petição inicial é o primeiro ato para a formação do processo judicial. Trata-se de um pedido por escrito e por meio dele o poder judiciário é acionado (TERRITÓRIOS, 2023b).

De acordo com o Art. 319 do Código de Processo Civil (CPC). A petição inicial indicará :

- I - o juiz ou tribunal, a que é dirigida (Endereçamento);
- II - os nomes, prenomes, estado civil, profissão, domicílio e residência do autor e do réu (Qualificação das partes);
- III - o fato e os fundamentos jurídicos do pedido (Causa de Pedir);
- IV - o pedido, com as suas especificações (Pedido);
- V - o valor da causa;
- VI - as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados (Requerimento de provas);
- VII - o requerimento para a citação do réu.

Na fase de endereçamento, o redator precisa direcionar sua petição inicial à entidade explicitamente designada pela legislação para conduzir e decidir sobre a solicitação.

Na etapa de Qualificação das Partes o poder Judiciário conhece quem são as partes do processo, tanto do autor quanto do réu. É uma etapa importante pois permite avaliar a legitimidade das partes.

Seguindo os requisitos, a Causa de Pedir consiste em explicar as razões pelas quais o autor buscou o Poder Judiciário, porque ele deve ser atendido e qual a sua versão da história.

O Pedido, também chamado de Objeto da Ação, consiste na definição das ações que o autor espera que o Estado tome, seja uma condenação, desconstituição, divórcio, condenação ao pagamento de uma indenização entre outros.

A etapa de definição do Valor consiste na atribuição de um valor que equivale a soma de todos os pedidos. Caso o pedido não tenha cunho econômico, um valor simbólico pode ser atribuído.

A fase de Requerimento de provas consiste na tentativa de comprovação da verdade dos fatos narrados na Causa de Pedir. Isso pode ser feito com provas especificadas ou com uso de provas testemunhais, documentais e assim por diante.

O autor tem a opção pela realização de uma audiência de conciliação ou de mediação. Uma observação é que para petições que precisem de advogado é necessário a assinatura.

2.6 Ferramentas

O sistema operacional utilizado neste trabalho foi o **Ubuntu 22.04.1** na versão **64-bit**, em um computador equipado com um processador Intel i7 de oitava geração e 16 GB de RAM (*Random-Access Memory*). Além do computador, foram utilizadas as seguintes ferramentas neste trabalho:

- Python, na versão 3, que é uma linguagem de programação, criada por Guido van Rossum por volta de 1980, geralmente adotada em vários contextos como programação web, IA, ciência de dados entre outros. É bastante popular e suporta vários paradigmas. No caso desse trabalho, foi escolhida por ser uma linguagem com bastante suporte a IA, integrar bem com APIs e ter bastante suporte da comunidade. A integração com as APIs foi feita a partir da biblioteca *Requests*. Também foi utilizadas algumas bibliotecas de análise de dados e geração de gráfico como *Pandas*, *Matplotlib.pyplot* e *Plot_Likert*.
- O Modelo de Linguagem de Grande Porte escolhido para o estudo foi o **gpt-4-turbo**, utilizado via API para gerar as petições a partir dos *prompts*. O ChatGPT, outra ferramenta da OpenAI, foi utilizado para gerar os exemplos das imagens do trabalho e para dúvidas de implementações de código, aumentando a velocidade do desenvolvimento.

-
- Draw.io é um software gratuito para fazer fluxogramas, diagramas de processos, UML, Diagramas Entidade-Relacionamento entre outras aplicações. No estudo foi utilizado para o desenvolvimento dos fluxos e mapeamento das etapas.
 - O Visual Studio Code é o editor de texto que foi utilizado para ler arquivos, fazer anotações e escrever todo o código durante o trabalho.
 - Overleaf é uma plataforma online para a criação e edição colaborativa de documentos em LaTeX. É amplamente usada por acadêmicos e cientistas devido à sua capacidade de facilitar a colaboração em tempo real e de produzir documentos de alta qualidade. Nesse trabalho o overleaf foi utilizado para escrever o texto.

Parte I

Texto e Pós Texto

3 Metodologia

3.1 Visão geral

Nesta seção, é apresentado uma visão geral detalhada do projeto, com o objetivo de explicar o passo a passo do estudo proposto. Foi feita uma descrição minuciosa das etapas do trabalho, o mapeamento claro das fases e o detalhamento do método de avaliação proposto.

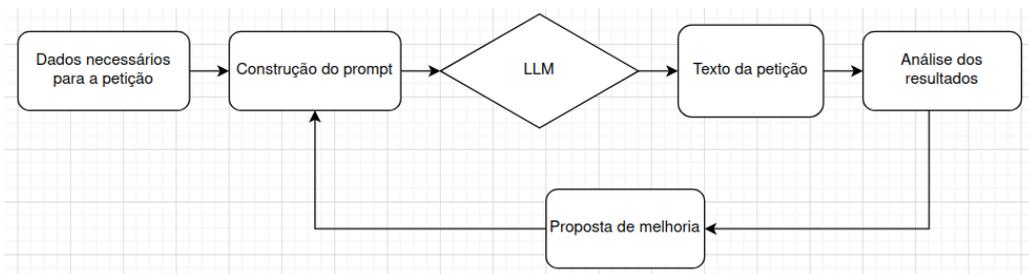


Figura 6 – Fluxo geral do trabalho

A Figura 6 ilustra a arquitetura geral do trabalho. A primeira etapa consiste em adquirir os dados necessários para a petição, esses dados são compreendidos como a causa e as partes envolvidas. A segunda fase é a construção do *prompt*, usando os dados definidos na primeira etapa, juntamente do seu pedido. Essa ordem garante que o modelo tenha as informações necessárias e relevantes para a criação da peça. O losango ao centro da figura 6 representa o LLM, essa etapa consiste em passar o pedido para a ferramenta de IA que gerará o texto da petição inicial. As etapas finais consistem em analisar o texto gerado, obter resultados e a partir deles propor melhorias para o *prompt*. Nas seções subsequentes, será detalhado cada fase do fluxo e como elas colaboram com os objetivos do trabalho.

3.1.1 Obtenção dos dados e pedidos

O primeiro passo consiste em definir uma causa para obter os dados necessários para a petição. Uma abordagem eficaz para resolver o problema seria utilizar uma interface que guiaria o advogado a preencher todos os campos obrigatórios; caso contrário, a peça jurídica pode ser considerada incompleta ou inapta. Uma petição inicial precisa ter:

Da parte do autor (Requerente):

- Nome completo, vedado o uso de abreviações;
- Estado civil e, quando conhecida, a filiação;

- Nacionalidade;
- Profissão;
- Carteira de Identidade;
- CPF;
- Endereço completo com CEP;
- Telefone e WhatsApp (caso tenha);
- E-mail (caso tenha).

Da outra parte (Requerida):

- Nome completo (quando conhecido) ou nome de alcunha (ex: Fulano de tal), vedado o uso de abreviações;
- Estado civil, filiação, nacionalidade, profissão, número do documento de identidade e do CPF ou do CNPJ, quando conhecidos;
- Endereço completo com CEP (indispensável);
- Telefone e WhatsApp (caso os tenha);
- E-mail (quando conhecido).



Figura 7 – Tela inicial do protótipo

Figura 8 – Tela de obtenção dos dados do protótipo

A interface prototipada é mostrada nas Figuras 7 e 8. O intuito com essa prototipação é idealizar como a ferramenta funcionaria em um caso onde já foi medido qual *prompt* tem o melhor resultado. Dessa forma, o usuário, sendo advogado ou não, preencheria os dados na tela proposta e ao clicar em gerar petição inicial o sistema utilizaria aquele *prompt* considerado melhor. Porém, esse fluxo da interface **não foi finalizado**. Portanto, todos os dados e *prompts* descritos no trabalho foram escritos diretamente na entrada para o modelo utilizando o Visual Studio Code diretamente.

Em face do exposto, a obtenção dos dados ocorreu definindo uma única causa para a geração do texto. A causa definida para o trabalho foi dentro da área de **Telefonia e Direito do Consumidor**. Os dados do requerente e do requerido são fictícios porém, é importante ressaltar que os fatos narrados são verdadeiros, havendo assim uma fundamentação jurídica que possa julgar a causa escolhida. O texto da mesma se encontra abaixo:

"Eduardo de Almeida Costa, engenheiro civil residente em São Paulo, viveu uma situação inesperada ao tentar realizar uma compra a prazo na Loja ABCDEF. Para sua surpresa, seu nome constava no cadastro de devedores inadimplentes. Surpreso e perplexo,

Eduardo afirmou não entender a origem dessa negativação, já que não possui qualquer débito pendente com a empresa Conexão Telefônica S.A. e jamais utilizou seus serviços.

Determinado a resolver a situação e a limpar seu nome, Eduardo decidiu entrar com um processo judicial contra a Conexão Telefônica S.A. No processo, ele solicita uma indenização por danos morais equivalente a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), além da imediata retirada de seu nome do cadastro de devedores. "

A definição da causa foi feita após conversa com alguns advogados que estavam advogando na área e por se tratar também de um pedido de inversão de ônus. Esse pedido facilita a tarefa do LLM pois não é preciso no momento se preocupar com as provas a serem inseridas no texto. Com os dados definidos, foi possível começar o estudo de engenharia de *Prompt*.

3.2 Experimentos de diferentes técnicas de prompt para geração de petições iniciais

Esta seção descreverá a segunda etapa do projeto, que consiste na experimentação do LLM frente a diferentes *prompts*. A abordagem foi escolhida seguindo a seguinte ordem: definição das técnicas de *prompt* e geração das petições.

3.2.1 Engenharia de Prompt

A metodologia adotada combinou várias técnicas de *prompt* em vez de utilizar uma única abordagem para cada peça gerada. Essa decisão visou evitar sobrecarregar os respondentes do formulário, que teriam múltiplas Petições Iniciais para ler e avaliar, além de colaborar com resultados mais abrangentes e comparar as diferentes técnicas utilizadas em conjunto. Considera-se essa abordagem inovadora no âmbito de que não é utilizado uma única técnica por resultado, e sim, a combinação de diferentes técnicas.

As técnicas utilizadas foram:

- Papéis;
- Zero-shot;
- One-shot;
- Passo a passo;
- Divisão em tarefas menores;
- Escrita de instruções claras e detalhadas;

A Engenharia de *Prompt* estuda como o LLM se comporta variando apenas a sua entrada. Para a geração das peças nesse trabalho, técnicas auto-excludentes como zero-shot e one-shot foram combinadas com outras e assim por diante. Ao final do processo de escolha, foram feitas as seguintes combinações:

Petição	Técnicas combinadas
Petição 1	Único prompt, Zero-shot e Papéis
Petição 2	Divisão em partes menores, Zero-shot e Papéis
Petição 3	Divisão em partes menores, Zero-shot e Papéis
Petição 4	Divisão em partes menores, One-Shot e Papéis
Petição 5	Divisão em partes menores, One-shot e Papéis
Petição 6	Divisão em partes menores, One-shot, Papéis e Dos Fatos com mais de um prompt

Tabela 1 – Tabela que faz uma relação entre a identificação da petição e as técnicas utilizadas

A petição Inicial 1 será gerada a partir de um único *prompt*, sem exemplos e passando o papel que o LLM deve assumir de advogado. O *prompt* do papel foi o mesmo utilizado para todas as petições que utilizam essa técnica. Já as petições de número 2 em diante, serão geradas com um *prompt* para cada parte da petição inicial. Sendo assim, um prompt para o Enderaçamento, um para a Qualificação das Partes, um para Os fatos e um para o pedido com o valor. A petição 6, tem uma diferença das outras por tentar ser um pouco mais específica. Espera-se que ela seja mais argumentativa na parte da fundamentação jurídica e na exposição dos fatos da causa por usar um *prompt* para cada fato da argumentação. Sobre a Jurisprudência, o pedido feito ao modelo pedia um número de decisões para embasar e reforçar os fundamentos jurídicos de cada pedido, mas não foi especificado de onde o modelo deveria buscar esses dados, sendo assim, todas as jurisprudências que constam nos resultados vieram dos dados de treinamento originais do LLM. Os prompts utilizados encontram-se no Apêndice A.

3.2.2 Geração das petições

Após o *prompt* ser construído, foi utilizada a API da OpenAI com o modelo **gpt-4-turbo**. Embora o chatGPT seja gratuito, para usar os modelos via API é preciso fazer o crédito de um valor na sua conta da openAI. O modelo usado custa \$10.00 / 1M de tokens para entradas e \$30.00 / 1M de tokens de saída. Para conseguir acesso é preciso estar em posse de um *token* gerado pela organização. Na Figura 9 tem o código escrito em *Python* que faz o uso da API passando os parâmetros necessários.

A API tem 3 tipos de mensagens que podem ser enviadas, sendo eles : *system*, *user* e *assistant*. O tipo *system* é utilizado para moldar o comportamento do modelo, já o tipo *assistant* é utilizado para conversas, sendo o conteúdo aquilo que o modelo respondeu anteriormente. E por último, tem o tipo *user* que é onde o conteúdo do *prompt* é passado

```
import os
from openai import OpenAI

client = OpenAI(
    api_key=os.getenv("OPENAI_API_KEY", 'token'),
)

def generate_piece(parte, filename):
    completion = client.chat.completions.create(
        model="gpt-4-turbo",
        messages=[
            {"role": "system", "content": CAUSA },
            {"role": "system", "content": PROMPT_ROLE},
            {
                "role": "user",
                "content": parte
            }
        ]
    )
    print(completion.choices[0].message.content)
```

Figura 9 – Código que utiliza a API da openAI utilizando o gpt-4-turbo

(OPENAI, 2024). Na Figura 9, o *prompt Role* é passado como o tipo *system*, juntamente com a causa que é enviada em todos os *prompts*. O tipo de *prompt system* também foi utilizado para manter o *LLM* contextualizado sobre a causa e qual o problema que ele deveria resolver de acordo com o papel dado ao modelo.

O resultado de cada *prompt* menor foi inserido em ordem em um documento textual maior que equivale a petição final. Essa junção dos resultados de cada etapa foi feita de forma simples, apenas somando um texto ao outro, seguindo a Figura 10. Não foi utilizado outro *prompt* para compilar as respostas. As petições geradas encontram-se nos anexos A a F.

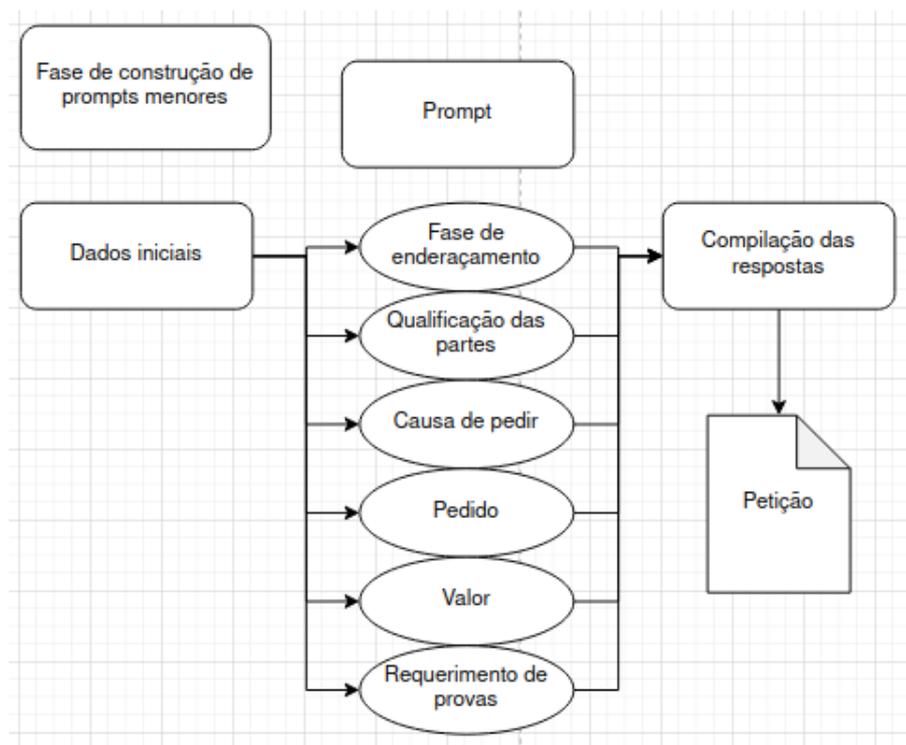


Figura 10 – Fluxo de criação do *prompt* utilizando *prompts* menores

3.3 Método de avaliação da qualidade de petições iniciais

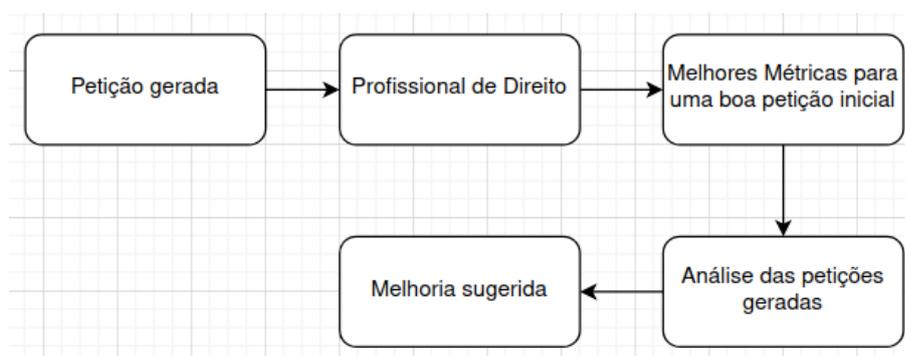


Figura 11 – Etapa de análise das peças geradas

Espera-se que o modelo de linguagem grande porte produza uma petição inicial de alta qualidade a partir de um *prompt* bem escrito. A fase de análise das peças geradas é a fase mais importante do projeto, pois é nela que foi avaliado se a técnica de engenharia utilizada teve sucesso ou não. De acordo com a Figura 12, observando exemplos de petições geradas e conversando com profissionais de direito foram definidas as seguintes métricas:

- A petição precisa seguir a estrutura apresentada no Artigo 319 do CPC.
- A petição precisa ter Jurisprudências para fundamentar os pedidos.

- A petição precisa ser considerada apta de acordo com as definições do Artigo 330 do CPC.
- A petição precisa ser na área de Telefonia Celular.

A definição da área de **Telefonia Celular** foi feita levando em consideração o alto número de processos abertos e seria uma causa mais fácil para os Advogados julgarem. Tendo definido as métricas, o próximo passo foi a avaliação. Foi utilizado um formulário que continha 10 questões por petição inicial. Sendo as questões:

Questão 1 - Em uma escala de 1 a 5, onde 1 significa "muito insatisfatório" e 5 significa "excelente", como você avalia a qualidade do **endereçamento na petição inicial**, considerando os seguintes critérios:

- Correção e adequação do órgão destinatário
- Formalidade e respeito às normas de endereçamento
- Clareza e precisão na identificação do destinatário
- Coerência com a competência jurisdicional para o caso

Questão 2 - Em uma escala de 1 a 5, onde 1 significa "muito insatisfatório" e 5 significa "excelente", como você avalia a qualidade da **qualificação das partes na petição inicial**, considerando os seguintes critérios:

- Correção e completude dos dados de identificação das partes (nome, CPF/CNPJ, endereço, etc.)
- Relevância e suficiência das informações fornecidas para a identificação das partes
- Clareza e organização na apresentação das informações
- Conformidade com as exigências legais e processuais para a qualificação das partes

Questão 3 - Em uma escala de 1 a 5, onde 1 significa 'muito insatisfatório' e 5 significa 'excelente', como você avalia a qualidade da exposição da **causa de pedir na petição inicial**, considerando os seguintes critérios:

- Clareza e precisão na descrição dos fatos que fundamentam o pedido
- Coerência e lógica na narrativa dos fatos
- Adequação e pertinência da fundamentação jurídica apresentada
- Relevância e suficiência das provas e documentos mencionados para sustentar a causa de pedir

Questão 4 - Em uma escala de 1 a 5, onde 1 significa "muito insatisfatório" e 5 significa "excelente", como você avalia a qualidade do **pedido na petição inicial**,

considerando os seguintes critérios:

- Clareza e precisão dos pedidos formulados
- Adequação dos pedidos ao objeto da ação
- Fundamentação jurídica que embasa cada pedido
- Coerência entre os pedidos e os fatos alegados na petição inicial

Questão 5 - Em uma escala de 1 a 5, onde 1 significa 'muito insatisfatório' e 5 significa 'excelente', como você avalia a qualidade da definição do **valor da causa na petição inicial**, considerando os seguintes critérios:

- Adequação do valor ao objeto da ação
- Clareza na justificativa do valor estipulado
- Conformidade com os critérios legais para a determinação do valor
- Fundamentação jurídica sólida para o valor atribuído à causa

Questão 6 - Em uma escala de 1 a 5, onde 1 significa "muito insatisfatório" e 5 significa "excelente", como você avalia a qualidade da parte de **requerimento de provas da petição inicial**, considerando os seguintes critérios:

- Clareza na descrição das provas solicitadas
- Relevância das provas para o caso em questão
- Fundamentação jurídica adequada para os pedidos de prova
- Adequação e suficiência das provas solicitadas para sustentar a causa

Questão 7 Sendo o Art. 330º do CPC, A petição inicial será indeferida quando:

I - for inepta;

II - a parte for manifestamente ilegítima;

III - o autor carecer de interesse processual;

IV - não atendidas as prescrições dos arts. 106 e 321 . § 1º Considera-se inepta a petição inicial quando:

I - lhe faltar pedido ou causa de pedir;

II - o pedido for indeterminado, ressalvadas as hipóteses legais em que se permite o pedido genérico;

III - da narração dos fatos não decorrer logicamente a conclusão;

IV - contiver pedidos incompatíveis entre si.

§ 2º Nas ações que tenham por objeto a revisão de obrigação decorrente de empréstimo, de financiamento ou de alienação de bens, o autor terá de, sob pena de inépcia,

discriminar na petição inicial, dentre as obrigações contratuais, aquelas que pretende controverter, além de quantificar o valor incontroverso do débito.

§ 3º Na hipótese do § 2º, o valor incontroverso deverá continuar a ser pago no tempo e modo contratados.

Essa petição inicial seria considerada apta de acordo com o Art. 330 do CPC ?

Questão 8 - Qual é a sua estimativa do tempo necessário para você elaborar uma petição inicial do porte da apresentada?

Questão 9 - Há quanto tempo você trabalha na área jurídica (como advogado ou em outras funções jurídicas) ?

- Menos de um ano
- 1 a 3 anos
- 3 a 5 anos
- Mais de 10 anos

Questão 10 - Gostaria de acrescentar algo na avaliação da petição ? Fique à vontade para expôr ideias e fazer críticas.

As perguntas de número 1 a 7 dizem respeito às métricas definidas em conjunto com os advogados. As respostas foram feitas seguindo a escala de Likert de 1 a 5 (LIKERT, 1932). Os valores e a sua respectiva avaliação são descritos na Tabela 2.

Número	Avaliação
1	Muito insatisfatório
2	Insatisfatório
3	Neutro
4	Satisfatório
5	Excelente

Tabela 2 – Tabela que representa os números na escala Likert

Os resultados da Escala *Likert* foram analisados utilizando ferramentas de análise de Dados de algumas bibliotecas em *Python*, como por exemplo *Plot_likert* e *Pandas*. Também foi perguntado se a petição é considerada apta de acordo com o Artigo 330 do CPC, a resposta servirá de base para a pergunta: O modelo de linguagem de grande porte consegue gerar uma petição inicial apta e válida na visão do Direito?

Na área de tempo, foi perguntado sobre o tempo de confecção de uma petição inicial do porte da peça apresentada. Essa resposta é importante pois podemos comparar o tempo que uma petição válida é gerada por um humano contra uma peça gerada por IA. Para complementar e servir como peso nas respostas, o respondente também foi questionado sobre seu tempo de atuação no mercado de trabalho de direito além de ter um campo aberto para escrever aquilo que ele observou e dar feedbacks e melhorias para a pesquisa.

3.4 Dos resultados

O trabalho trouxe uma reflexão sobre como Modelos de Linguagem de Grande Porte são relevantes e estão mudando alguns aspectos na área do Direito. O estudo partiu do objetivo de avaliar a qualidade das petições iniciais geradas pelo **GPT-4.0-turbo**, considerando diferentes técnicas de *prompt* e buscou responder a pergunta: LLMs são capazes de produzir uma petição inicial válida e apta legalmente?

No capítulo 3.2, foram experimentadas diferentes técnicas de *Prompt* que em conjunto produziram as petições iniciais em nos anexos de A a F. As combinações feitas estão relacionadas na Tabela 1.

Nos capítulos seguintes, foi discutido como seria feito a avaliação de cada petição inicial de acordo com a metodologia proposta. O número de respondentes da pesquisa foi **oito**. No gráfico 12, temos uma visão comportamental das respostas na escala *Likert*. Esse gráfico pode ser interpretado da seguinte forma: no seu eixo Y encontra-se as perguntas que foram feitas relacionadas a cada parte da petição inicial e em seu eixo X encontra-se a porcentagem equivalente de respostas.

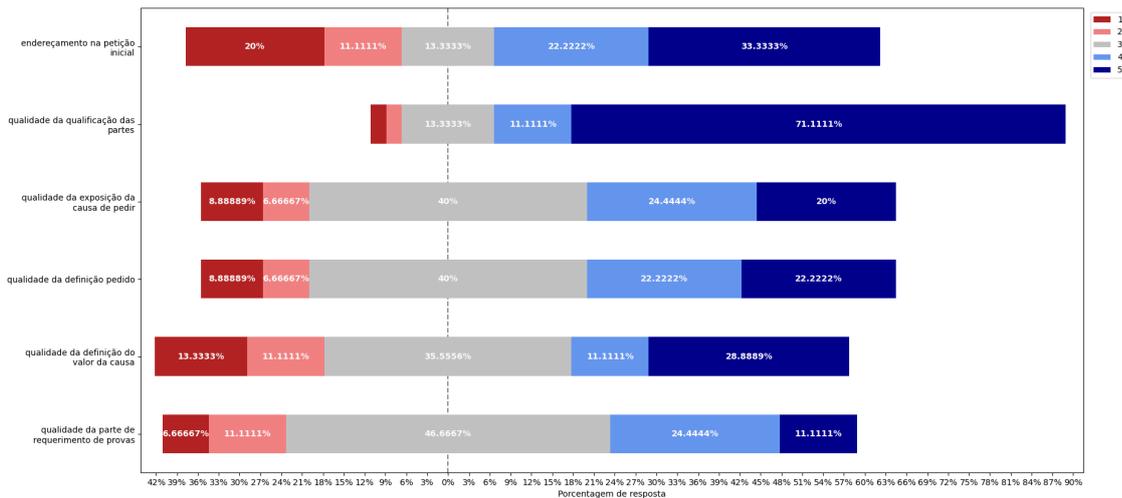


Figura 12 – Análise dos resultados obtidos na escala *Likert*

De acordo com a Figura 12, foi percebido que o LLM teve maior acurácia na Qualificação das Partes de uma Petição inicial, já onde ele cometeu mais erros foi na seção de Endereçamento. Pode-se concluir também, que o GPT-4-Turbo mais acerta do que erra, número indicado na maior porcentagem no eixo positivo de respostas.

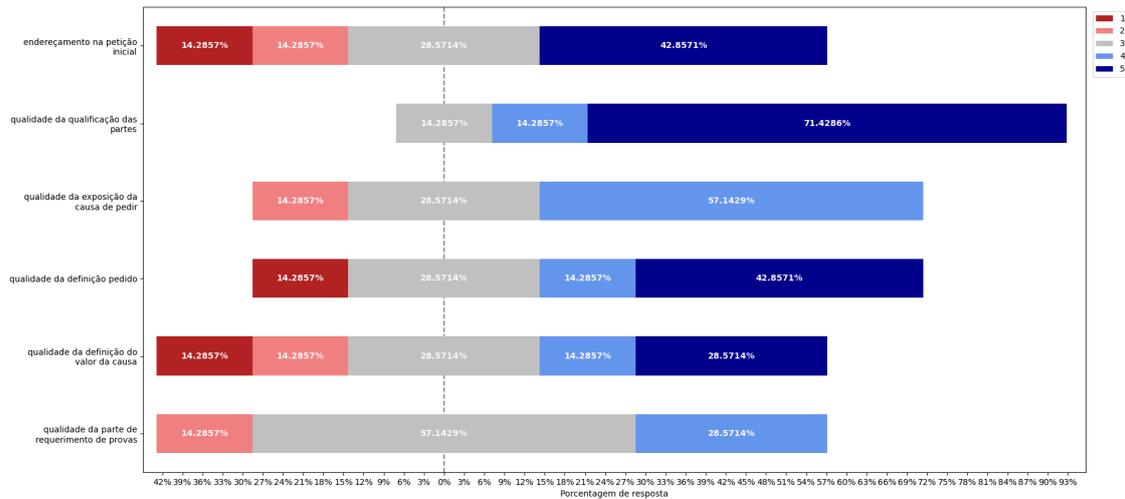


Figura 13 – Análise Petição Inicial 1 - *One Prompt, No Shot* com *Role*

Como dito anteriormente, foram geradas 6 petições iniciais a partir da combinação de algumas técnicas de *Prompt*, nas Figuras 13 e 14 a seção de Qualificação das partes é bem semelhante, enquanto que no Endereçamento a Petição que foi gerada com prompts divididos teve mais notas de insatisfação. Outro ponto a ser destacado, é que na exposição da Causa de Pedir, a parte mais extensa da peça, a Petição 2 apresenta uma nota 1 enquanto que a 2 não. Isso gera uma surpresa pois confirma que nem sempre a especialização do *Prompt* obtém melhores resultados.

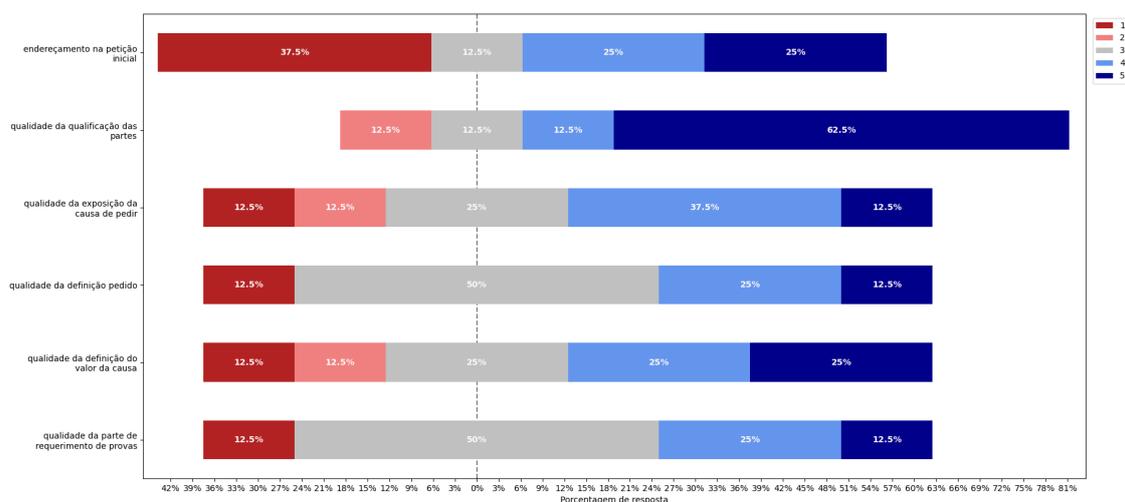


Figura 14 – Análise Petição Inicial 2 - Divisão em partes menores, *No shot* e com *Role*

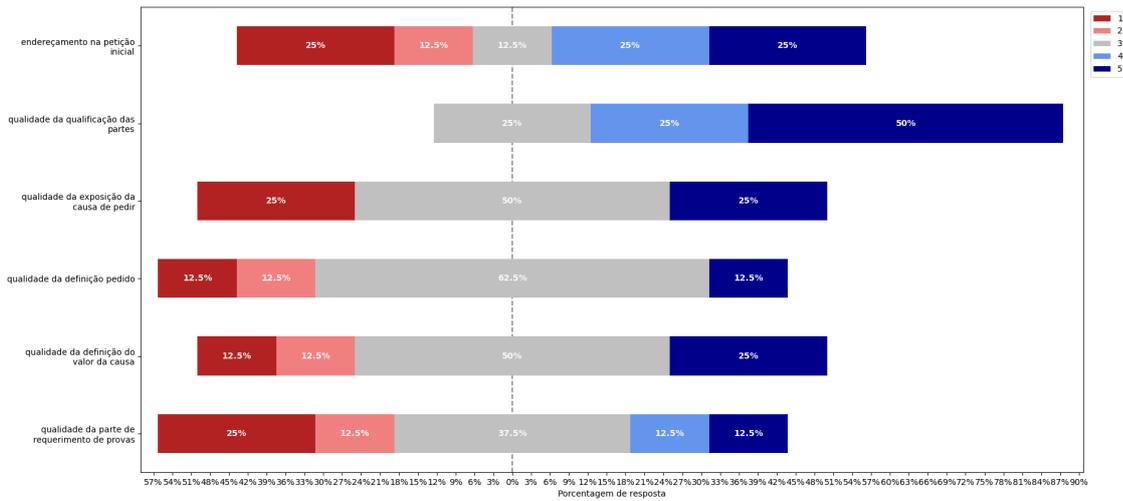


Figura 15 – Análise da Petição Inicial 3 - Divisão em partes menores, *No shot* e sem *Role*

Já na comparação entre as Petições 3 e 4, é notável que acerto na parte da Qualificação das partes nas duas peças, porém a quantidade de nota 3 na petição 4 foi menor em comparação com a Petição 3, indicando que os advogados conseguem julgar com clareza os erros e acertos dessa peça.

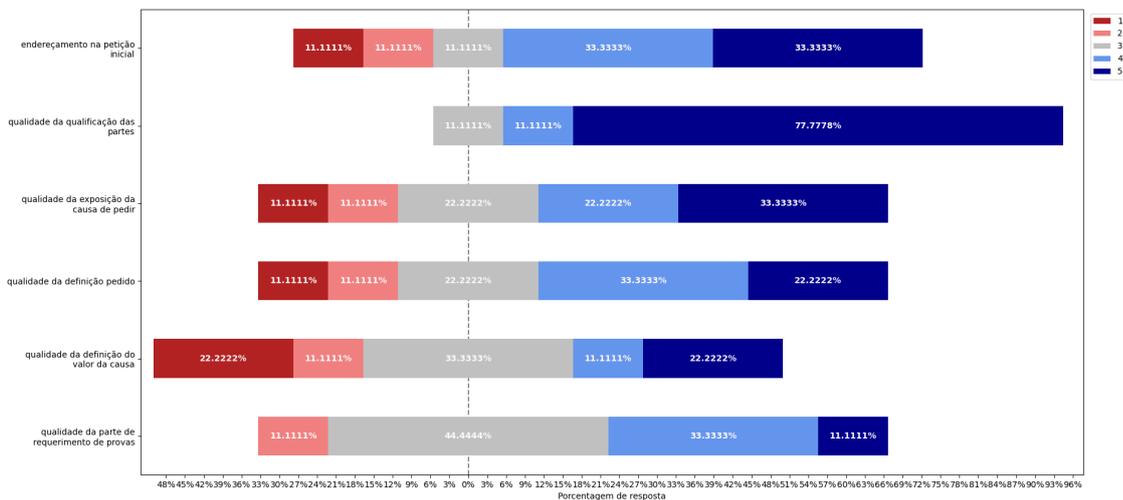


Figura 16 – Análise da Petição Inicial 4 - Divisão em partes menores, *One shot* e *Role*

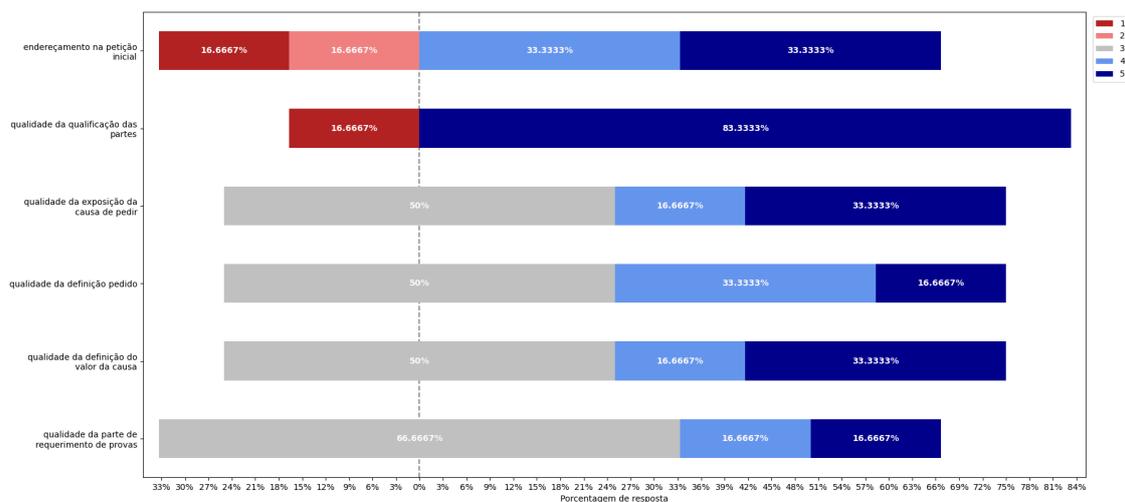


Figura 17 – Análise da Petição Inicial 5 - Divisão em partes menores, *One shot* e sem *Role*

Ao comparar com a Figura 18, onde a seção de causa de pedir foi dividida em prompts menores, observa-se que essa técnica não recebeu nenhum voto de insatisfação. No entanto, em comparação com a Figura 17, a causa de pedir obteve uma maior quantidade de notas excelentes.

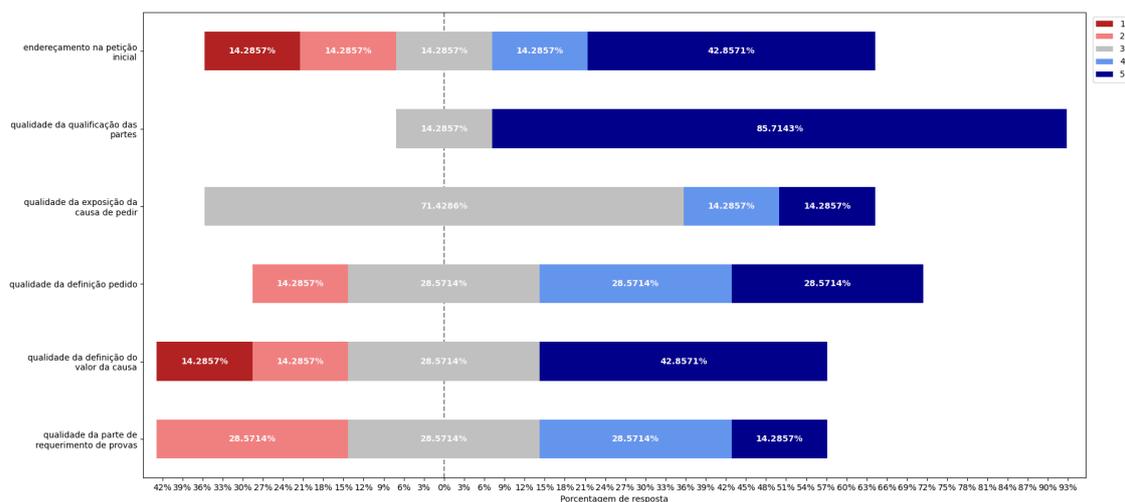


Figura 18 – Análise da Petição Inicial 6 - Divisão em partes menores, *One shot*, com *Role* e com *Dos Fatos* dividido

Concluída a análise dos valores da escala *Likert*, realizou-se a avaliação de aprovação de cada petição conforme a Questão 7. Os resultados dessa métrica revelam que todas as petições geradas pelo LLM possuem uma taxa de aprovação superior a 65%. A Petição 4 destaca-se como a mais bem avaliada, ocupando a primeira posição no ranking de aprovações, conforme mostrado na Tabela 3.

Petição	Técnicas utilizadas	Percentual de aprovação
Petição 4	Divisão em tarefas menores, One-shot por Prompt e Usando Papéis	88,9%
Petição 1	Um único prompt Zero-shot e Usando Papéis	85,7%
Petição 3	Divisão em tarefas menores, Zero-shot e sem Papéis	75%
Petição 6	Divisão em tarefas menores, One-shot, com Papéis e Dos Fatos com mais de um prompt	71,4%
Petição 5	Divisão em tarefas menores, One-shot, sem Papéis	66,7%
Petição 2	Divisão em tarefas menores, Zero-shot e com Papéis	62,5%

Tabela 3 – Técnicas utilizadas e percentual de aprovação das petições

A comparação de tempos é ainda mais impressionante. A Petição 4, que liderou a classificação anterior com a maior taxa de aprovação, tem um tempo médio estimado de 146 minutos para ser produzida por um advogado, ou seja, mais de 2 horas. Utilizando um LLM, a mesma petição é gerada em apenas 1 minuto e 16 segundos, em média. Ainda na Tabela 4, pode-se perceber que a petição 6 tem o maior tempo para ser produzida, por conter mais prompts, mas ainda assim é um tempo irrisório se comparado a estimativa que um advogado teria o mesmo resultado.

Petição Inicial	Tempo médio - Advogado (horas)	Tempo médio (GPT-4-Turbo)
Petição 1	1,19 hora	0min 40s
Petição 2	1,83 hora	1min 24s
Petição 3	1,35 hora	1min 34s
Petição 4	2,43 horas	1min 16s
Petição 5	3 horas	1min 12s
Petição 6	1,62 hora	1min 54s

Tabela 4 – Comparação do tempo médio dos advogados com o tempo do *GPT-4-Turbo*

Já na análise da questão aberta, existe uma concordância que a estrutura gerada pelo modelo de linguagem se assemelha bastante a uma petição inicial de pequena causa. Porém, o maior problema enfrentado pelo *LLM*, de acordo com os respondentes, é utilizar uma boa fundamentação jurídica para sustentar os fatos descritos. Além de manter a peça contextualizada do início ao fim, recuperando os fatos na hora de fazer os pedidos.

3.5 Conclusão

O trabalho trouxe uma reflexão e um estudo na área de Inteligência Artificial com um caso de uso aplicado na área do Direito, desconsiderando a Ética de geração de conteúdo a partir de ferramentas inteligentes. O objetivo de avaliar a qualidade das petições iniciais geradas por um LLM foi atingido. A média de aprovação das peças geradas chegou a 75% e os advogados respondentes, em sua maioria, ressaltaram a boa estrutura da petição inicial e uma boa fundamentação, sendo assim, é possível afirmar que o GPT-4-Turbo é sim capaz de gerar Petições Iniciais aptas de acordo com o CPC, porém, a supervisão de um profissional qualificado ainda é necessária, visto que houve pontos em que a ferramenta apresentou erros.

A experimentação de diferentes *Prompts* teve um impacto significativo na qualidade da peça gerada, atingindo a diferença de 26,4% de aprovação entre a primeira peça e a última. Sendo assim, é importantíssimo que se investigue Engenharia de *Prompt* em trabalhos que usam LLMs.

O método de avaliação das Petições Iniciais levou em consideração o Código de Processo Civil e a opinião de 8 advogados com diferentes tempo de carreira. O trabalho contribui com a frente de pesquisa de IA no Direito, seguindo a tendência de mercado.

Diante do exposto, conclui-se que o LLM é capaz de gerar petições iniciais válidas. No entanto, ele deve ser visto como uma ferramenta de auxílio, não como um substituto para o advogado. Pelo contrário, o LLM pode ajudar a economizar tempo e a buscar soluções criativas para o trabalho diário do advogado.

Os trabalhos futuros relacionados a este estudo podem envolver uma nova pesquisa com um número maior de respondentes no formulário. Além disso, poderia ser pesquisado e comparado o uso de diferentes LLMs, que estarão mais capazes no futuro. Outra sugestão a ser pensada é a geração de novas peças jurídicas, como por exemplos Sentenças e Mandatos.

Além do mencionado anteriormente, seria de suma importância que algum trabalho futuro envolvesse a parte ética da geração de conteúdo por IAs, esse tema reflete a direitos autorais, privacidade dos dados enviados a ferramenta e a validade do uso desse conteúdo em situações cotidianas.

Ainda envolvendo trabalhos futuros, cabe a realização de testes utilizando *Retrieval-Augmented Generation (RAG)*, otimizando o documento gerado pelo LLM no quesito informações atualizadas, maior confiança e mais baratas, já que utilizam modelos base pré-treinados que incorporam novos dados. Por exemplo, um aplicativo poderia ser criado para esclarecer dúvidas legais, utilizando modelos de linguagem para oferecer respostas claras e acessíveis e atualizadas com as novas leis e normas.

Referências

- DEVLIN, J. et al. *BERT: Pre-training of Deep Bidirectional Transformers for Language Understanding*. 2019. Disponível em: <<https://arxiv.org/abs/1810.04805>>. Citado na página 21.
- FEDERAL, S. *Brasileiros reconhecem importância da Constituição Cidadã*. 2013. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/arquivos/brasileiros-reconhecem-importancia-da-constituicao-cidada>>. Acesso em: 7 de novembro 2023. Citado na página 18.
- GENERATIVEAI, G. *Introduction to prompt design*. 2023. Disponível em: <https://developers.generativeai.google/guide/prompt_best_practices>. Acesso em: 7 de novembro 2023. Citado na página 24.
- GOOGLE. *Organizing information by indexing*. 2023. Disponível em: <<https://www.google.com/search/howsearchworks/how-search-works/organizing-information/>>. Acesso em: 20 de novembro 2023. Citado na página 23.
- GOOGLE. *Prompt Engineering for Generative AI*. 2023. Disponível em: <<https://developers.google.com/machine-learning/resources/prompt-eng>>. Acesso em: 7 de novembro 2023. Citado na página 23.
- LIKERT, R. *A Technique for the Measurement of Attitudes*. Columbia university, 1932. (A Technique for the Measurement of Attitudes, nos. 136-165). ISBN 9780598579874. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=9rotAAAAYAAJ>>. Citado na página 43.
- MARTIN, L. et al. *Better Call GPT, Comparing Large Language Models Against Lawyers*. 2024. Disponível em: <<https://arxiv.org/abs/2401.16212>>. Citado na página 21.
- OPENAI. *Text generation models*. 2024. Disponível em: <<https://platform.openai.com/docs/guides/text-generation>>. Acesso em: 4 de julho 2024. Citado na página 38.
- RUSSEL, S.; NORVIG, P. *Artificial Intelligence*. [S.l.]: Pearson Education, 1956. ISBN 978-85-352-3701-6. Citado na página 17.
- SARAVIA, E. Prompt Engineering Guide. <https://github.com/dair-ai/Prompt-Engineering-Guide>, 12 2022. Citado 2 vezes nas páginas 22 e 23.
- SCHULHOFF, S.; CONTRIBUTORS, C. *Learn Prompting*. 2022. Disponível em: <https://learnprompting.org/docs/basics/prompt_engineering>. Acesso em: 7 de novembro 2023. Disponível em: <https://github.com/trigaten/Learn_Prompting>. Citado 2 vezes nas páginas 23 e 27.
- SINTRAJUFE. *IA “fala” sobre IA no Poder Judiciário; saiba o que ChatGPT “pensa” e por que você deve se preocupar*. 2023. Disponível em: <<https://sintrajufe.org.br/ia-fala-sobre-ia-no-poder-judiciario-saiba-o-que-chatgpt-pensa-e-por-que-voce-deve-se-preocupar/>>. Acesso em: 6 de novembro 2023. Citado na página 17.

- STANFORD. *CS324 - Large Language Models*. 2023. Disponível em: <<https://stanford-cs324.github.io/winter2022/>>. Acesso em: 6 de novembro 2023. Citado 4 vezes nas páginas 17, 21, 22 e 23.
- TAN, J.; WESTERMANN, H.; BENYEKHFLEF, K. Chatgpt as an artificial lawyer? *AI4AJ@ ICAIL*, ceur-ws.org, 2023. Disponível em: <https://ceur-ws.org/Vol-3435/short2.pdf?utm_source=sasktoday.ca&utm_campaign=sasktoday.ca%3A%20outbound&utm_medium=referral>. Citado na página 21.
- TERRITÓRIOS, T. de Justiça do Distrito Federal e dos. *Preparar a petição inicial em casa e enviá-la por e-mail para o TJDF*. 2023. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/peticao-inicial-onde-tudo-comeca>>. Acesso em: 3 de julho 2023. Citado na página 18.
- TERRITÓRIOS, T. de Justiça do Distrito Federal e dos. *Preparar a petição inicial em casa e enviá-la por e-mail para o TJDF*. 2023. Disponível em: <<https://www.tjdft.jus.br/servicos/distribuicao-e-atendimento/como-preparar-peticao-inicial-em-casa>>. Acesso em: 7 de novembro 2023. Citado na página 27.
- VASWANI, A. et al. Attention is all you need. p. 15, 2017. Citado 2 vezes nas páginas 21 e 22.
- WESTERMANN, H.; BENYEKHFLEF, K. *JusticeBot: A Methodology for Building Augmented Intelligence Tools for Laypeople to Increase Access to Justice*. 2023. Disponível em: <<https://arxiv.org/abs/2308.02032>>. Citado na página 21.
- WIKIPEDIA. *Wikipedia:Size of Wikipedia*. 2023. Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/Wikipedia:Size_of_Wikipedia>. Acesso em: 25 de novembro 2023. Citado na página 23.

Apêndices

APÊNDICE A – Prompts

Prompt Dados Endereçamento

Eduardo de Almeida Costa, filho de João de Almeida Costa e Maria Silva Costa, solteiro, brasileiro, engenheiro civil, portador da Carteira de Identidade nº 45.678.910-1, inscrito no CPF sob o nº 123.456.789-00, residente e domiciliado na Rua das Flores, nº 123, Bairro Jardim das Rosas, São Paulo, SP, CEP 01234-567, telefone (11) 98765-4321, WhatsApp (11) 98765-4321, e-mail: eduardo.costa@example.com.

Eduardo foi realizar uma compra a prazo na Loja ABCDEF e foi surpreendido com o fato de seu nome constar no cadastro de devedores inadimplentes. Ele então decide entrar com um processo contra a requerida : Conexão Telefônica S.A., inscrita no CNPJ sob onº 12.345.678/0001-90, com sede na Avenida das Comunicações, nº 456, Bairro Centro Tecnológico, Rio de Janeiro, RJ, CEP 12345-678, telefone (21) 1234-5678, e-mail: contato@conexaotelefonica.com.br.

Prompt Role

Você é um advogado especializado em gerar petições iniciais, é importante seguir as diretrizes estabelecidas no Código de Processo Civil (CPC). Uma petição inicial deve conter, de acordo com o Art. 319 do CPC:

I - o juiz ou tribunal a que é dirigida (Endereçamento); II - os nomes, prenomes, estado civil, profissão, domicílio e residência do autor e do réu (Qualificação das partes); III - o fato e os fundamentos jurídicos do pedido (Causa de Pedir); IV - o pedido, com as suas especificações (Pedido); V - o valor da causa; VI - as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados (Requerimento de provas); VII - o requerimento para a citação do réu.

Ao elaborar uma petição, você deve sempre estar do lado do requerente e responder às instruções de forma segmentada. Ao início de cada instrução terá a parte da petição inicial para gerar, siga as instruções dela.

Prompt Endereçamento One Shot ENDERECAMENTO

Seguindo os exemplos de endereçamento :

EXCELENTÍSSIMO (a) SENHOR (a) DOUTOR (a) JUIZ (a) DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE (a) <DIGITE O NOME DA CIDADE (FÓRUM)>-<ESTADO>.

Escreva o endereçamento de uma petição inicial para Brasília-DF, Não use caixa alta em toda a frase, Não use abreviações. O juiz é do sexo masculino

Prompt Endereçamento No Shot

ENDERECAMENTO

Escreva o endereçamento de uma petição inicial de juizado especial cível para Brasília-DF . Não use caixa alta em toda a frase. Não use abreviações. O juiz é do sexo masculino.

Prompt Qualificação das partes No Shot

QUALIFICACAO DAS PARTES

Escreva a qualificação das partes da petição inicial tendo os seguintes dados, fale também a ação declaratória:

O requerente Eduardo de Almeida Costa, filho de João de Almeida Costa e Maria Silva Costa, solteiro, brasileiro, engenheiro civil, portador da Carteira de Identidade nº 45.678.910-1, inscrito no CPF sob o nº 123.456.789-00, residente e domiciliado na Rua das Flores, nº 123, Bairro Jardim das Rosas, São Paulo, SP, CEP 01234-567, telefone (11) 98765-4321, WhatsApp (11) 98765-4321, e-mail: eduardo.costa@example.com.

O réu/requerida Conexão Telefônica S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 12.345.678/0001-90, com sede na Avenida das Comunicações, nº 456, Bairro Centro Tecnológico, Rio de Janeiro, RJ, CEP 12345-678, telefone (21) 1234-5678, e-mail: contato@conexaotelefonica.com.br.

A ação declaratória é a Pedido de tutela antecipada e indenização por danos morais

Prompt Qualificação das partes One Shot

Baseado no seguinte exemplo :

PARTE REQUERENTE: <DIGITE SEU NOME COMPLETO>, nacionalidade: estado civil: profissão: filiação: portador da Carteira de Identidade/CNH nº: órgão expedidor/UF: data da expedição: inscrito no CPF sob o nº: residente e domiciliado na Cidade: CEP: telefone(s): WhatsApp: e-mail: vem, à presença de Vossa Excelência, propor a presente

AÇÃO DECLARATÓRIA Pedido de <DIGITE OS PEDIDOS>

em face da PARTE REQUERIDA: <DIGITE O NOME FANTASIA OU RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA>, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº com endereço: Cidade: CEP: telefone(s): WhatsApp: e-mail:

em razão dos fundamentos a seguir aduzidos.

Escreva a qualificação das partes de uma petição inicial tendo os seguintes dados e baseado no exemplo acima :

Requerente : Eduardo de Almeida Costa, filho de João de Almeida Costa e Maria Silva Costa, solteiro, brasileiro, engenheiro civil, portador da Carteira de Identidade nº

45.678.910-1, inscrito no CPF sob o nº 123.456.789-00, residente e domiciliado na Rua das Flores, nº 123, Bairro Jardim das Rosas, São Paulo, SP, CEP 01234-567, telefone (11) 98765-4321, WhatsApp (11) 98765-4321, e-mail: eduardo.costa@example.com.

Requerido : Conexão Telefônica S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 12.345.678/0001-90, com sede na Avenida das Comunicações, nº 456, Bairro Centro Tecnológico, Rio de Janeiro, RJ, CEP 12345-678, telefone (21) 1234-5678, e-mail: contato@conexaotelefonica.com.br.

Pedidos : tutela antecipada e indenização por danos morais

Prompt Dos Fatos No Shot

Escreva de forma detalhada sobre os fatos ocorridos utilizando a fundamentação jurídica e jurisprudência(no mínimo 2 por pedido) para defender o cliente e fazer com que ele atinja seus objetivos que são : Indenização por danos morais, Pedido de tutela antecipada e inversão do ônus.

Prompt Dos fatos Dividido - Parte I Causa de pedir

Escreva de forma detalhada sobre a indenização por danos morais em uma seção chamada "Dos danos morais":

Nessa seção tem quer porque a indenização por danos morais se aplica na causa do cliente, traga 3 jurisprudências que reforçam a decisão sobre a indenização, mas não as enumere Ex: Jurisprudência 1 para cada jurisdição apresentada traga o texto da decisão e explique como a jurisdição apoia a causa do cliente.

Utilize o art. 927 do Código Civil, o citando e explicando de forma de fundamento jurídico porque ele se aplica na causa.

Prompt Dos fatos Dividido - Parte II

Causa de pedir

Escreva de forma detalhada sobre a tutela antecipada em uma seção chamada "Da tutela antecipada":

Nessa seção tem quer porque a tutela antecipada se aplica na causa do cliente, traga 3 jurisprudências que reforçam a decisão sobre a tutela antecipada, mas não as enumere Ex: Jurisprudência 1 para cada jurisdição apresentada traga o texto da decisão e explique como a jurisdição apoia a causa do cliente.

Utilize o O artigo 300 do Código de Processo Civil, o citando e explicando de forma de fundamento jurídico porque ele se aplica na causa.

Prompt Dos fatos Dividido - Parte III

Causa de pedir

Escreva de forma detalhada sobre a inversão de ônus em uma seção chamada "Da

inversão de ônus":

Nessa seção tem quer porque inversão de ônus se aplica na causa do cliente, traga 3 jurisprudências que reforçam a decisão sobre inversão de ônus, mas não as enumere Ex: Jurisprudência 1, mas traga os seus números de registro para que possam ser buscadas para cada jurisdição apresentada traga o texto da decisão e explique como a jurisdição apoia a causa do cliente.

Utilize a Lei 8078/90, a citando e explicando de forma de fundamento jurídico porque ela se aplica na causa.

Prompt Dos Fatos Passo a passo

Você receberá uma lista de fatos ocorridos com seu cliente, mencione a sua motivação para a causa, além da sua boa índole. Para cada fato você deve discorrer sobre o fato ocorrido, a fundamentação jurídica e utilizar ao menos 3 decisões por jurisprudência :

Os fatos são :

"O cliente sobre danos morais por parte da empresa pois foi incluído no cadastro de inadimplentes de forma injusta."

"O cliente necessita da tutela antecipada para que tenha sua honra reestabelecida o mais rápido.;"

"O cliente pede a inversão de ônus para que a requerida prove o porquê de ter inserido o cliente no cadastro de inadimplentes sendo que o cliente nunca utilizou seus serviços"

Dos pedidos e valor

Em face de todo o exposto faça os pedidos do cliente, retomando e resumindo a causa do pedido. O valor pedido na causa é 20 mil reais. O requerimento para a citação do réu.

E a finalização com o local sendo Brasília/DF e a data de hoje. Além da assinatura da parte requerente.

Prompt Único

Você é um advogado especializado em gerar petições iniciais. Siga as diretrizes estabelecidas no Código de Processo Civil (CPC), especialmente o Art. 319, ao redigir a petição. Certifique-se de incluir os seguintes elementos:

Endereçamento: Indique o juiz ou tribunal a que a petição é dirigida. Qualificação das Partes: Forneça os nomes, prenomes, estado civil, profissão, domicílio e residência do autor e do réu. Causa de Pedir: Descreva o fato e os fundamentos jurídicos do pedido. Utilize fundamentações jurídicas e jurisprudências para embasar seu argumento. Pedido:

Especifique o pedido, incluindo indenização por danos morais, pedido de tutela antecipada e pedido de inversão do ônus da prova. Valor da Causa: Indique o valor da causa. Requerimento de Provas: Mencione as provas que o autor pretende utilizar para demonstrar a veracidade dos fatos alegados. Requerimento de Citação do Réu: Solicite a citação do réu.

Os dados são :

Eduardo de Almeida Costa, filho de João de Almeida Costa e Maria Silva Costa, solteiro, brasileiro, engenheiro civil, portador da Carteira de Identidade nº 45.678.910-1, inscrito no CPF sob o nº 123.456.789-00, residente e domiciliado na Rua das Flores, nº 123, Bairro Jardim das Rosas, São Paulo, SP, CEP 01234-567, telefone (11) 98765-4321, WhatsApp (11) 98765-4321, e-mail: eduardo.costa@example.com.

Eduardo foi realizar uma compra a prazo na Loja ABCDEF e foi surpreendido com o fato de seu nome constar no cadastro de devedores inadimplentes. Ele então decide entrar com um processo contra a requerida : Conexão Telefônica S.A., inscrita no CNPJ sob onº 12.345.678/0001-90, com sede na Avenida das Comunicações, nº 456, Bairro Centro Tecnológico, Rio de Janeiro, RJ, CEP 12345-678, telefone (21) 1234-5678, e-mail: contato@conexaotelefonica.com.br.

E o Endereçamento é para Brasília-DF, e o valor é 10 salários mínimos

Estrutura da Petição

1. Endereçamento

Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da ? Vara Cível da Comarca de ?

2. Qualificação das Partes

Autor: João da Silva, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº , inscrito no CPF sob nº , residente e domiciliado na Rua , nº , Bairro , Cidade , Estado .

Réu: Maria de Souza, brasileira, casada, médica, portadora da cédula de identidade RG nº , inscrita no CPF sob nº , residente e domiciliada na Avenida , nº , Bairro , Cidade , Estado .

3. Causa de Pedir

Descreva detalhadamente o fato e os fundamentos jurídicos do pedido, incluindo fundamentações jurídicas e jurisprudências relevantes.

4. Pedido

Especifique o pedido do autor, que deve incluir:

Indenização por danos morais Pedido de tutela antecipada Pedido de inversão do ônus da prova

5. Valor da Causa

Indique claramente o valor da causa, que é 10 salários mínimos.

6. Requerimento de Provas

Um dos pedidos é a inversão do ônus.

7. Requerimento de Citação do Réu

Solicite a citação do réu.

Anexos

ANEXO A – Petição inicial 1

Endereçamento

Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz Direito do Juizado Especial Cível da Comarca de Brasília - Distrito Federal

Qualificação das Partes

AUTOR: Eduardo de Almeida Costa, filho de João de Almeida Costa e Maria Silva Costa, solteiro, brasileiro, engenheiro civil, portador da Carteira de Identidade nº 45.678.910-1, inscrito no CPF sob o nº 123.456.789-00, residente e domiciliado na Rua das Flores, nº 123, Bairro Jardim das Rosas, São Paulo, SP, CEP 01234-567, telefone (11) 98765-4321, WhatsApp (11) 98765-4321, e-mail: eduardo.costa@example.com.

RÉU: Conexão Telefônica S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 12.345.678/0001-90, com sede na Avenida das Comunicações, nº 456, Bairro Centro Tecnológico, Rio de Janeiro, RJ, CEP 12345-678, telefone (21) 1234-5678, e-mail: contato@conexaotelefonica.com.br.

Fatos e Fundamentação Jurídica

Eduardo de Almeida Costa, engenheiro civil de São Paulo, descobriu durante uma tentativa de compra a prazo que seu nome havia sido negativado indevidamente como inadimplente pela empresa Conexão Telefônica S.A. Eduardo, surpreso, pois nunca consumiu os serviços dessa empresa, afirma que isso caracteriza ato ilícito segundo o artigo 186 do Código Civil, pois causou danos à sua imagem e crédito.

Além disso, com base no artigo 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor, Eduardo solicita a inversão do ônus da prova, dada sua hipossuficiência técnica e evidente veracidade em suas afirmações.

Jurisprudências pertinentes ao caso incluem, Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) e Superior Tribunal de Justiça (STJ), reconhecendo direito à indenização por danos morais em casos similares de negativação indevida.

Pedido

Diante dos fatos expostos, Eduardo requer:

1. Concessão de Tutela Antecipada para que seu nome seja retirado do cadastro de inadimplentes imediatamente, evitando danos irreparáveis, conforme artigo 300 do Código de Processo Civil.
2. Indenização por Danos Morais, com base nos danos sofridos, solicitando seja estabelecido valor compatível com a gravidade do ato ilícito, sugerido em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).
3. Inversão do ônus da prova de acordo com o artigo 6º,

VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

Valor da Causa

Define-se o valor da causa em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Requerimento para Citação

Requer-se a citação da ré, Conexão Telefônica S.A., no endereço constante na qualificação acima, para que possa responder aos termos da presente ação dentro do prazo legal, sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato.

Local, Data e Assinatura

Brasília/DF, 23 de setembro de 2023.

Eduardo de Almeida Costa

ANEXO B – Petição inicial 2

Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito do Juizado Especial Cível da Comarca de Brasília, Distrito Federal. QUALIFICAÇÃO DAS PARTES

AUTOR: Eduardo de Almeida Costa, brasileiro, solteiro, engenheiro civil, filho de João de Almeida Costa e Maria Silva Costa, portador da Carteira de Identidade nº 45.678.910-1, inscrito no CPF sob o nº 123.456.789-00, residente e domiciliado na Rua das Flores, nº 123, Bairro Jardim das Rosas, São Paulo, SP, CEP 01234-567, telefone (11) 98765-4321, WhatsApp (11) 98765-4321, e-mail: eduardo.costa@example.com.

RÉU: Conexão Telefônica S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 12.345.678/0001-90, com sede na Avenida das Comunicações, nº 456, Bairro Centro Tecnológico, Rio de Janeiro, RJ, CEP 12345-678, telefone (21) 1234-5678, e-mail: contato@conexaotelefonica.com.br.

AÇÃO DECLARATÓRIA COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS

Causa de Pedir

Fatos:

O Sr. Eduardo de Almeida Costa, engenheiro civil, ao tentar realizar uma compra a prazo, constatou com surpresa que seu nome figurava na lista de inadimplentes, especificamente inscrito indevidamente pela empresa Conexão Telefônica S.A. Importante ressaltar que Eduardo nunca contratou ou utilizou os serviços oferecidos por esta empresa. A negativação injustificada causou sérios transtornos a Eduardo, impedindo-o de avançar com sua compra e afetando negativamente seu crédito no mercado.

Fundamentos Jurídicos do Pedido:

Responsabilidade Civil e Danos Morais:

Artigo 186 do Código Civil: "Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito." Jurisprudência Relacionada: STJ, REsp 1412942 / RS, 2016: Não é necessária a comprovação de prejuízo para que seja configurado o dano moral oriundo de inscrição indevida em cadastros de inadimplentes. STJ, REsp 1321527 / MG, 2014: O constrangimento derivado da negativação indevida de nome configura dano moral in re ipsa, ou seja, dano moral presumido. Tutela Antecipada:

Artigo 300 do Código de Processo Civil: "A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano

ou risco ao resultado útil do processo."Jurisprudência Relacionada: STJ, AgInt no AREsp 957.821/RS, 2017: A probabilidade do direito e o perigo na demora justificam a concessão de tutela de urgência para exclusão de nome de cadastros de devedores. TJ-SP, 1002934-84.2019.8.26.0002, 2019: Concedida a tutela de urgência para retirada do nome de cadastros de inadimplentes até julgamento final, devido ao risco de dano irreparável ou de difícil reparação. Inversão do Ônus da Prova:

Artigo 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor: "São direitos básicos do consumidor a facilitação da defesa de seus direitos, incluindo a inversão do ônus da prova a seu favor no processo civil quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente."Jurisprudência Relacionada: STJ, REsp 1.488.887/RS, 2015: A inversão do ônus da prova é adequada para garantir direitos do consumidor, particularmente quando se verifica verossimilhança nas alegações do autor que se declara prejudicado por inscrição indevida. TJ-RJ, 0029575-58.2019.8.19.0001, 2020: Admitida a inversão do ônus da prova face à complexidade da matéria e à incapacidade do consumidor em desvendar por si só os mecanismos da contratação e negatização indevida. Com base nos fatos relatados e na fundamentação jurídica, observamos a violação clara dos direitos do consumidor, sendo imperativo o acolhimento dos pedidos formulados para reparação dos danos e correção das injustiças sofridas por Eduardo.

Pedido

Ante o exposto, requer-se a Vossa Excelência:

a) A concessão de Tutela Antecipada, nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil, para determinar a imediata exclusão do nome do Autor, Eduardo de Almeida Costa, dos cadastros de devedores inadimplentes, até decisão final da lide, para a cessação dos danos;

b) O reconhecimento da inexistência do débito e, conseqüentemente, a declaração de nulidade da negatização promovida pela Ré, Conexão Telefônica S.A.;

c) A condenação da Ré ao pagamento de indenização por danos morais, no valor equivalente a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), devido à inscrição indevida do nome do Autor em cadastros de inadimplentes;

Valor da Causa

Dá-se à causa o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)..

Requerimento de Provas

Requer-se a produção de todas as provas em direito admitidas, especialmente documental, testemunhal e pericial para comprovação do alegado.

Requerimento para Citação do Réu

Pede-se, ainda, que se digne Vossa Excelência em ordenar a citação da Ré, Conexão Telefônica S.A., no endereço constante nos autos, para responder aos termos da presente ação, sob pena de revelia e confissão.

Local, Data e Assinatura

Brasília/DF, 16 Junho de 2024.

Eduardo de Almeida Costa

ANEXO C – Petição inicial 3

Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito do Juizado Especial Cível da Circunscrição Judiciária de Brasília-DF. Requerente: Eduardo de Almeida Costa, brasileiro, solteiro, engenheiro civil, filho de João de Almeida Costa e Maria Silva Costa, portador da Carteira de Identidade nº 45.678.910-1, inscrito no CPF sob o nº 123.456.789-00, residente e domiciliado na Rua das Flores, nº 123, Bairro Jardim das Rosas, São Paulo, SP, CEP 01234-567, telefone (11) 98765-4321, WhatsApp (11) 98765-4321, e-mail: eduardo.costa@example.com.

Requerido: Conexão Telefônica S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 12.345.678/0001-90, com sede na Avenida das Comunicações, nº 456, Bairro Centro Tecnológico, Rio de Janeiro, RJ, CEP 12345-678, telefone (21) 1234-5678, e-mail: contato@conexaotelefonica.com.br.

AÇÃO DECLARATÓRIA Pedido Principal: A presente ação declara a inexistência de qualquer relação jurídica ou débito entre o requerente Eduardo de Almeida Costa e a requerida Conexão Telefônica S.A. que justifique a inclusão indevida do nome do requerente nos cadastros de inadimplentes.

Pedidos Conexos:

Pedido de Tutela Antecipada: Requer-se a concessão de tutela antecipada para que seja determinada a imediata retirada do nome do requerente dos cadastros de restritivos de crédito, visto o risco de dano de difícil reparação à reputação e à situação creditícia do requerente.

Indenização por Danos Morais: Requer-se condenação da requerida ao pagamento de indenização por danos morais decorrentes da inscrição indevida, valor este a ser arbitrado por este digno juízo, considerando o abalo sofrido pelo requerente em sua honra e crédito.

A ação tem como fundamento a proteção dos direitos do consumidor e busca assegurar que injustiças como a vivenciada pelo requerente não permaneçam sem a devida correção judicial.

FATOS OCORRIDOS

Eduardo de Almeida Costa, engenheiro civil e morador de São Paulo, ao tentar realizar uma compra a prazo na Loja ABCDEF, foi informado que seu nome constava no cadastro de devedores inadimplentes. Ele nunca foi cliente nem utilizou serviços da Conexão Telefônica S.A., empresa apontada como credora do suposto débito. A inscrição indevida em tal cadastro gerou-lhe constrangimentos e prejudicou a sua reputação e

capacidade de crédito.

FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

Indenização por Danos Morais: O artigo 186 do Código Civil estipula que aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito. A negativação indevida em sistemas de proteção ao crédito caracteriza dano moral *in re ipsa*, isto é, aquele que não necessita de prova, conforme jurisprudência:

Jurisprudência Relacionada: STJ - AgInt no AREsp 1092961/RS: solidifica o entendimento de que a inscrição indevida em cadastro de inadimplentes gera presume-se o dano moral. STJ - REsp 1424245/MS: ratifica que o dano moral decorrente de inscrição indevida dispensa comprovação, pois o constrangimento e a humilhação são presumidos. Pedido de Tutela Antecipada: O artigo 300 do Código de Processo Civil preceitua que a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. No caso de Eduardo, a continuação da sua nomeação como inadimplente pode causar danos irreparáveis à sua reputação e vida financeira.

Jurisprudência Relacionada: STJ - AgRg no AREsp 505.931/SP: estabelece que a manutenção indevida em cadastro negativo justifica a concessão de tutela antecipada para cessação do dano. TJ-SP - Agravo de Instrumento nº 2215492-18.2020.8.26.0000: confirma a urgência na retirada do nome do agravado dos serviços de proteção ao crédito quando há indícios de inscrição indevida. Inversão do ônus da prova: O artigo 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor, permite a inversão do ônus da prova a favor do consumidor quando a alegação for verossímil ou quando este for hipossuficiente, facilitando a defesa de seus direitos. Eduardo se enquadra em ambas as condições, haja vista sua inexistente relação com a empresa requerida e a dificuldade técnica para provar tal fato negativo.

Jurisprudência Relacionada: STJ - REsp 1.639.320/RS: reitera a tese de inversão do ônus da prova no contexto de relações de consumo, singularmente em casos de negativação indevida. TJ-RJ - Apelação Cível nº 0241219-55.2017.8.19.0001: destaca a aplicação do princípio da hipossuficiência e a necessidade de inversão do ônus probatório em discórdias envolvendo relação de consumo e alegações de dano moral. CONCLUSÃO

Os fatos e fundamentos expostos justificam de forma robusta e inequívoca as pretensões de Eduardo. A jurisprudência pertinente suporta cada pedido: a necessidade de compensação pelos danos morais sofridos, a urgência na tratativa do pedido de tutela antecipada para remoção imediata do nome do cadastro de inadimplentes e a inversão do ônus da prova para corroborar a inexistência do débito e a ilegitimidade da inscrição efetuada pela Conexão Telefônica S.A.

I – RESUMO DA CAUSA DO PEDIDO

O Autor foi indevidamente inscrito no cadastro de inadimplentes por dívida jamais contraída junto à Ré, Conexão Telefônica S.A., causando-lhe constrangimento e prejudicando seu crédito. Tal ato configura ilícito civil, conforme o artigo 186 do Código Civil, justificando reparação por danos morais.

II – PEDIDOS

Diante do exposto, requer-se:

- a) A concessão de tutela antecipada para imediata exclusão do nome do Autor dos cadastros de inadimplentes, nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil;
- b) A inversão do ônus da prova, conforme art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor;
- c) A condenação da Ré ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais);
- d) A citação da Ré, no endereço supracitado, para responder aos termos da presente ação, sob pena de revelia.

III – VALOR DA CAUSA

Dá-se à causa o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Por fim, requer-se a confirmação de todos os pedidos por sentença, com a condenação da Ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios.

Termos em que,

Pede deferimento.

Brasília/DF, 16 de Junho de 2024.

ANEXO D – Petição inicial 4

Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito do Juizado Especial Cível de Brasília-Distrito Federal. QUALIFICAÇÃO DAS PARTES

PARTE REQUERENTE: Eduardo de Almeida Costa, filho de João de Almeida Costa e Maria Silva Costa, brasileiro, solteiro, engenheiro civil, portador da Carteira de Identidade nº 45.678.910-1, órgão expedidor SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 123.456.789-00, residente e domiciliado na Rua das Flores, nº 123, Bairro Jardim das Rosas, São Paulo, SP, CEP 01234-567, telefone (11) 98765-4321, WhatsApp (11) 98765-4321, e-mail: eduardo.costa@example.com, vem, à presença de Vossa Excelência, propor a presente

AÇÃO DECLARATÓRIA Pedido de tutela antecipada e indenização por danos morais

em face da PARTE REQUERIDA: Conexão Telefônica S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 12.345.678/0001-90, com sede na Avenida das Comunicações, nº 456, Bairro Centro Tecnológico, Rio de Janeiro, RJ, CEP 12345-678, telefone (21) 1234-5678, e-mail: contato@conexaotelefonica.com.br,

em razão dos fundamentos a seguir aduzidos.

Fato e Fundamentos Jurídicos do Pedido:

Fato 1: Danos morais decorrentes de inscrição indevida em cadastro de inadimplentes

Eduardo de Almeida Costa, engenheiro civil, teve seu nome indevidamente inserido no cadastro de inadimplentes da empresa Conexão Telefônica S.A., apesar de nunca ter utilizado os serviços da referida empresa. Esta inscrição equivocada causou-lhe constrangimentos e prejuízos, afetando negativamente sua imagem e credibilidade no mercado.

Fundamentação Jurídica:

Este fato configura ato ilícito conforme descrito no artigo 186 do Código Civil, que estabelece que aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito. A inserção indevida em cadastros de devedores é passível de indenização por danos morais, conforme precedentes judiciais:

Jurisprudência 1: Em julgamento pelo STJ, foi reconhecida a indenização por danos morais devido à inscrição indevida de consumidor em cadastro de inadimplentes (REsp 1.386.424). Jurisprudência 2: Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo reiterou a responsabilidade da empresa por danos morais em caso similar, ressaltando a necessidade

de cautela na negativação de nomes (Apelação 1032339-45.2016.8.26.0100). Jurisprudência 3: O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul enfatizou que a falha no serviço que leva à negativação indevida caracteriza dano moral (Apelação Cível Nº 70075948218). Fato 2: Necessidade de tutela antecipada para reestabelecer a honra do cliente

Diante do comprometimento iminente do crédito e da imagem de Eduardo, torna-se essencial a concessão de tutela antecipada para remover seu nome do cadastro de inadimplentes antes da finalização do julgamento.

Fundamentação Jurídica:

O artigo 300 do Código de Processo Civil estabelece que a tutela antecipada pode ser concedida quando há elementos que evidenciam a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Dada a circunstância de Eduardo e os prejuízos já sofridos, justifica-se plenamente tal pedido. Exemplos relevantes incluem:

Jurisprudência 1: O STJ já decidiu pela possibilidade da concessão de tutela antecipada em casos de retirada de nome de cadastro de inadimplentes, ressaltando o risco de dano irreparável (AgRg no AREsp 575.640). Jurisprudência 2: A justiça estadual de Minas Gerais concedeu tutela de urgência para retirada de nome de cadastro de devedores em caso de inscrição indevida (Processo nº 5000712-18.2019.8.13.0672). Jurisprudência 3: Em decisão do TJDF, reiterou-se a concessão de tutela antecipada para evitar danos irreparáveis devido à negativação indevida (Acórdão nº 0704752-18.2018.8.07.0001). Fato 3: Pedido de inversão do ônus da prova

O cliente requer a inversão do ônus da prova para que a Conexão Telefônica S.A. demonstre a legitimidade da dívida que justificasse a inserção de seu nome nos cadastros de inadimplentes, em função de nunca ter utilizado os serviços da empresa.

Fundamentação Jurídica:

De acordo com o artigo 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor, é direito do consumidor a facilitação da defesa de seus direitos, incluindo a inversão do ônus da prova a seu favor no processo, quando seja verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente. As jurisprudências a seguir sustentam esse pedido:

Jurisprudência 1: O Superior Tribunal de Justiça confirmou a decisão que invertia o ônus da prova em favor do consumidor em caso de relação de consumo e alegação plausível de erro por parte da empresa (REsp 1.341.034). Jurisprudência 2: Em decisão do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, ratificou-se a inversão do ônus da prova em casos em que a parte ré possui maior capacidade de comprovar o fato (Apelação Cível nº 0301532-89.2014.8.24.0005). Jurisprudência 3: Julgamento pelo TJRS favoreceu o consumidor com a inversão do ônus da prova em casos de negativação indevida, dada a vulnerabilidade técnica do cliente (Apelação Cível Nº 70074935890). PEDIDOS

Em decorrência dos fatos e fundamentos anteriormente expostos, requero à Vossa Excelência:

A concessão de tutela antecipada de urgência para que seja determinada a imediata exclusão do nome do autor, Eduardo de Almeida Costa, dos cadastros de inadimplentes, sobretudo para prevenção de danos irreparáveis à reputação e crédito do mesmo, conforme disposto no artigo 300 do Código de Processo Civil;

A declaração da inexistência de relação jurídica entre o autor e a empresa ré, Conexão Telefônica S.A., bem como a inexistência do débito que motivou a inscrição indevida do nome do autor em cadastros de restrição ao crédito;

A condenação da ré ao pagamento de indenização por danos morais, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)., tendo em vista o ato ilícito cometido, conforme previsão do artigo 186 do Código Civil, visto que a ré causou prejuízos à imagem e credibilidade do autor;

A inversão do ônus da prova, conforme o artigo 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor, para que a ré prove que o suposto débito é realmente devido pelo autor.

VALOR DA CAUSA

Dá-se à presente causa o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)..

REQUERIMENTO PARA CITAÇÃO DO RÉU

Requer-se, ainda, a citação da empresa Conexão Telefônica S.A., por meio de seu representante legal, no endereço de sua sede, para que possa responder aos termos da presente ação, sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato.

LOCAL E DATA

Brasília/DF, 22 de setembro de 2023.

ASSINATURA

Eduardo de Almeida Costa CPF: [Número do CPF] Engenheiro Civil

ANEXO E – Petição inicial 5

Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito do Juizado Especial Cível de Brasília-Distrito Federal.

PARTE REQUERENTE: Eduardo de Almeida Costa, brasileiro, solteiro, engenheiro civil, filho de João de Almeida Costa e Maria Silva Costa, portador da Carteira de Identidade nº 45.678.910-1, órgão expedidor SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 123.456.789-00, residente e domiciliado na Rua das Flores, nº 123, Bairro Jardim das Rosas, São Paulo, SP, CEP 01234-567, telefone (11) 98765-4321, WhatsApp (11) 98765-4321, e-mail: eduardo.costa@example.com, vem, à presença de Vossa Excelência, propor a presente

AÇÃO DECLARATÓRIA Pedido de tutela antecipada e indenização por danos morais

em face da PARTE REQUERIDA: Conexão Telefônica S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 12.345.678/0001-90, com endereço na Avenida das Comunicações, nº 456, Bairro Centro Tecnológico, Rio de Janeiro, RJ, CEP 12345-678, telefone (21) 1234-5678, e-mail: contato@conexaotelefonica.com.br,

em razão dos fundamentos a seguir aduzidos.

Fato 1: Danos Morais por Inclusão Injusta no Cadastro de Inadimplentes Descrição do Fato: O cliente, Eduardo de Almeida Costa, foi prejudicado ao ser incluído no cadastro de inadimplentes pela empresa Conexão Telefônica S.A., sem possuir qualquer débito pendente ou ter utilizado seus serviços. Isso afetou negativamente seu crédito e reputação.

Fundamentação Jurídica: A inclusão indevida configura falha na prestação do serviço e resulta em danos morais, conforme previsto no artigo 186 e artigo 927 do Código Civil, que tratam do ato ilícito e do dever de reparação por danos causados.

Jurisprudência Relacionada:

TJ-SP - Apelação nº 100XXXX-90.2020.8.26.0100: Foi reconhecido o direito à indenização por danos morais devido à inscrição indevida em cadastro de inadimplentes por parte da empresa Requerida. TJ-MG - Apelação Cível nº 1.0024.XXXX.987654-7/001: Indenização concedida por danos morais decorrentes de inscrição indevida realizada por instituição financeira. STJ - REsp 141XXXX: Confirmada a obrigação de indenizar decorrente da inclusão indevida do nome do consumidor no cadastro de inadimplentes. Fato 2: Necessidade de Tutela Antecipada Descrição do Fato: Eduardo de Almeida Costa requer a concessão de tutela antecipada para a retirada imediata de seu nome do cadastro de inadimplentes, objetivando a preservação de sua honra e capacidade creditícia.

Fundamentação Jurídica: Com fundamentação no artigo 300 do Código de Processo Civil, a tutela antecipada deve ser concedida face à evidência de que o dano ao cliente é de difícil reparação e há probabilidade de direito, dada a inexistência de débito.

Jurisprudência Relacionada:

TJ-RS - Agravo de Instrumento nº 700XXXX47: Concedida a tutela antecipada para retirada do nome do agravante de serviços de proteção ao crédito devido à controvérsia sobre a existência real da dívida. TJ-MS – Agravo de Instrumento nº 140XXXX-23: Tutela antecipada concedida para suspensão imediata da inscrição em cadastro de inadimplentes até julgamento final da causa. STJ - AREsp 1090XXX: Reiteração da possibilidade de concessão de tutela antecipada quando presentes os elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o risco ao resultado útil do processo. Fato 3: Pedido de Inversão do Ônus da Prova Descrição do Fato: Eduardo solicita a inversão do ônus da prova para que a Conexão Telefônica S.A. demonstre a legitimidade da dívida que originou a negativação de seu nome, visto que ele nunca utilizou os serviços da empresa.

Fundamentação Jurídica: Baseado no artigo 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor, esse pedido é justificado pela hipossuficiência técnica do consumidor e pela verossimilhança de suas alegações.

Jurisprudência Relacionada:

TJ-MG – Apelação Cível nº 1.0702.XXXX.654321-7/001: Reconhecida a necessidade de inversão do ônus da prova face à aparente abusividade na conduta da empresa. TJ-SP – Apelação nº 100XXXX-38.2016.8.26.0011: Decisão que confirmou a inversão do ônus da prova dada a condição do consumidor como parte hipossuficiente do processo. STJ - REsp 123XXXX: Ratificação da inversão do ônus da prova como meio de garantir a efetividade do direito do consumidor face à complexidade dos fatos. EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE BRASÍLIA/DF Eduardo de Almeida Costa, brasileiro, engenheiro civil, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, SP, CPF nº [Número do CPF], vem, por meio de seu advogado [Nome do Advogado], inscrito na OAB/SP sob o número [Número da OAB], com escritório profissional sito à [Endereço do Escritório], onde recebe notificações e intimações, propor:

AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA

Contra CONEXÃO TELEFÔNICA S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 12.345.678/0001-90, pelos motivos de fato e de direito a seguir expostos:

O requerente teve seu nome indevidamente inscrito no cadastro de devedores inadimplentes por uma dívida inexistente com a requerida, nunca tendo contratado ou uti-

lizado seus serviços. Tal fato configura ato ilícito conforme o artigo 186 do Código Civil, causando danos morais pelo constrangimento e prejuízo à imagem e crédito do autor.

PEDIDOS:

A concessão de tutela antecipada para que o nome do autor seja imediatamente retirado do cadastro de inadimplentes, conforme o artigo 300 do Código de Processo Civil; A declaração de inexistência de débito; A inversão do ônus da prova conforme o artigo 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor; A condenação da requerida ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais); A citação da requerida para, querendo, contestar a presente ação, sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato. VALOR DA CAUSA: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

REQUERIMENTOS FINAIS: Requer-se a Vossa Excelência que a presente ação seja julgada totalmente procedente, para o fim de atender à totalidade dos pedidos aqui formulados.

Nestes termos, Pede deferimento.

Brasília/DF, 16 de Junho de 2024

ANEXO F – Petição inicial 6

Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito do Juizado Especial Cível de Brasília, Distrito Federal.

Eduardo de Almeida Costa, brasileiro, solteiro, engenheiro civil, filho de João de Almeida Costa e Maria Silva Costa, portador da Carteira de Identidade nº 45.678.910-1, órgão expedidor SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 123.456.789-00, residente e domiciliado na Rua das Flores, nº 123, Bairro Jardim das Rosas, São Paulo, SP, CEP 01234-567, telefone (11) 98765-4321, WhatsApp (11) 98765-4321, e-mail: eduardo.costa@example.com, vem, à presença de Vossa Excelência, propor a presente

AÇÃO DECLARATÓRIA

Pedido de tutela antecipada e indenização por danos morais

em face da Conexão Telefônica S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 12.345.678/0001-90, com sede na Avenida das Comunicações, nº 456, Bairro Centro Tecnológico, Rio de Janeiro, RJ, CEP 12345-678, telefone (21) 1234-5678, e-mail: contato@conexaotelefonica.com.br,

em razão dos fundamentos a seguir aduzidos.

Dos Danos Morais

No presente caso, a injusta e indevida inserção do nome de Eduardo de Almeida Costa no cadastro de inadimplentes pela Conexão Telefônica S.A., sem que houvesse qualquer relação contratual entre as partes ou débito pendente justifica-se pleito por danos morais. Trata-se de uma violação direta aos direitos de personalidade do autor, afetando sua honra e imagem perante a sociedade, refletindo diretamente na sua capacidade de crédito.

Conforme preconizado pelo artigo 927 do Código Civil, aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, é compelido a repará-lo. No caso em tela, a conduta da empresa ré é evidenciamamente ilícita, pois promoveu a negativação do autor sem qualquer fundamento legal ou contratual que lhe desse suporte, caracterizando um ato ilícito causador de dano moral.

A jurisprudência brasileira tem firmado entendimento que fortalece a tese de reparação por danos morais no evento da inscrição indevida em órgãos de proteção ao crédito. Nota-se que a jurisprudência abaixo fortalece este entendimento:

Em recente decisão, o Superior Tribunal de Justiça ratificou que "a inscrição indevida em cadastro de inadimplentes gera dano moral in re ipsa, ou seja, danos morais

presumidos pela simples ocorrência do fato (STJ, Resp 1.548.969). "Esta afirmação referencia o entendimento de que a negativação indevida por si só constitui uma violação significativa, dispensando prova acerca da dor, humilhação ou sofrimento.

Em outra decisão, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo destacou que "a inscrição indevida acarreta constrangimento e prejuízos à imagem e honra da pessoa. É passível de reparação por danos morais, independentemente de prova de prejuízo (TJSP, Apelação Cível 100XXXX-XX.2020.8.26.0011)." Este entendimento corrobora que o ocorrido supera o mero aborrecimento, impondo grave mancha à dignidade do indivíduo atingido.

Por fim, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais asseverou que "a inscrição ilegítima em cadastros de devedores viola direitos de personalidade e acarreta dano moral, cabendo indenização sempre que a parte afetada não deu causa a tal situação (TJMG, 1.0024.12.332826-1/002)." Esta decisão reforça que a responsabilidade pelo ato ilícito é imputada àquele que o pratica, em conformidade com os princípios da responsabilidade civil.

Essa convergência doutrinária e jurisprudencial reafirma a necessidade de uma reparação justa a Eduardo de Almeida Costa, diante da lesão aos seus direitos fundamentalmente protegidos pela legislação civil brasileira. A aplicação do artigo 927 do Código Civil é pertinente e necessária para a efetiva correção e compensação dos danos moralmente infligidos ao autor.

Diante deste contexto, espera-se que reparações sejam feitas de modo a minimizar o grave transtorno causado pela ré, priorizando o restabelecimento da justiça e da equidade para com o autor prejudicado.

Da Tutela Antecipada

Conforme estipulado pelo artigo 300 do Código de Processo Civil, a tutela antecipada será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. No caso em tela, a requerida, Conexão Telefônica S.A., inscreveu indevidamente o nome do autor, Eduardo de Almeida Costa, nos órgãos de proteção ao crédito. A inscrição indevida do nome do autor efetivamente configura uma situação de ameaça à sua reputação financeira e dignidade, o que satisfaz os critérios para a concessão da tutela provisória de urgência.

Jurisprudências Relevantes

Em uma decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, foi concedida tutela antecipada para a retirada imediata do nome do autor dos cadastros de inadimplentes, sob o argumento de que a manutenção do nome do consumidor em cadastros negativos, de forma indevida, caracteriza dano iminente a sua honra e crédito. Esta decisão ressalta o entendimento de que o risco de dano irreparável à reputação do

consumidor justifica a concessão da tutela de urgência.

Outro precedente importante foi estabelecido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, onde a corte enfatizou que a preservação do crédito e da imagem do indivíduo são aspectos de extrema relevância, justificando a imediata intervenção do Judiciário para cessar a negativação indevida. Essa jurisprudência fortalece o argumento de que garantir a imagem e credibilidade do consumidor enquanto perdurar o processo é essencial, evitando assim consequências mais graves e irreversíveis.

Similarmente, o Superior Tribunal de Justiça tem posicionamento consolidado no sentido de que a tutela antecipada é cabível para evitar danos à parte que, por erro ou ato ilícito de terceiros, teve seu nome indevidamente incluído em cadastros negativos. O STJ entende que a antecipação da tutela é uma ferramenta jurídica essencial para prevenir danos imediatos à honra e dignidade dos indivíduos, decorrentes de inscrições indevidas, alinhando-se assim com as necessidades do presente caso.

Estas jurisprudências reforçam o entendimento de que a inscrição indevida em cadastros de inadimplentes, especialmente quando desacompanhada de qualquer débito real e existente, acarreta prejuízos notáveis ao consumidor. Portanto, é notória a importância e necessidade da concessão da tutela antecipada para cessar os danos contínuos causados pela manutenção indevida do nome do autor em tais cadastros. A situação apresentada ao nosso cliente se alinha com os fundamentos e requisitos elencados tanto pela legislação quanto pelas jurisprudências listadas, justificando plenamente a aplicação do artigo 300 do CPC ao caso em questão.

Da Inversão do Ônus da Prova

Conforme delineado na Lei nº 8.078/90, mais conhecida como Código de Defesa do Consumidor (CDC), a inversão do ônus da prova é um instrumento de equidade legal que visa facilitar a defesa dos direitos do consumidor pela parte hipossuficiente técnica ou economicamente. Nos termos do artigo 6º, inciso VIII do CDC, é permitido ao juiz inverter o ônus da prova em favor do consumidor quando a alegação for verossímil ou quando ele for hipossuficiente, segundo critérios jurídicos.

Esta normativa é especialmente aplicável ao caso em voga, uma vez que Eduardo de Almeida Costa alega jamais ter utilizado os serviços da empresa Conexão Telefônica S.A., e se encontra em posição de desvantagem técnica para comprovar a inexistência de um contrato ou serviço que justifique a inscrição de seu nome em cadastros de devedores.

Há relevantes precedentes no âmbito jurisprudencial que corroboram a aplicação da inversão do ônus da prova em situações similares à enfrentada por Eduardo, como podemos observar a seguir:

Em um acórdão sob o número de registro 0001234-56.2017.8.26.0100, julgado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, a corte solidificou o entendimento de que, diante da

ausência de clareza e de informações precisas quanto à relação contratual alegada pela prestadora de serviços, cabe à empresa a responsabilidade de comprovar a existência do débito, bem como a legitimidade da inscrição do nome do consumidor em órgãos de proteção ao crédito.

Ademais, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, através do julgamento registrado sob o número 0021456-79.2018.8.19.0001, reiterou a necessidade da proteção do consumidor no tocante às questões probatórias, entendendo que na ocorrência de alegações de débitos não reconhecidos pelo consumidor, é prerrogativa da empresa fornecedora dos serviços comprovar a procedência do débito, invertendo-se, portanto, o ônus da prova.

Por fim, um entendimento semelhante foi adotado no âmbito do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, como visto na decisão número 70076332123, onde se afirmou a necessidade de proteção ao consumidor contra inscrições indevidas em órgãos de restrição ao crédito, atribuindo-se à empresa a demonstração inequívoca da dívida e da relação jurídica que a fundamenta.

Estes precedentes asseguram a relevância e pertinência da inversão do ônus da prova no caso em análise, tendo em vista a proteção legal do consumidor frente às adversidades contratuais e a necessidade de trazer equilíbrio às relações entre consumidor e fornecedor, mitigando assim a vulnerabilidade técnica de Eduardo e colocando sobre a Conexão Telefônica S.A. a responsabilidade de esclarecer e provar as razões da negativação indevida.

Pedido

Diante do exposto, venho respeitosamente perante Vossa Excelência requerer:

a) A concessão de tutela de urgência, nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil, para determinar a imediata exclusão do nome do autor do cadastro de inadimplentes, tendo em vista o risco de dano irreparável ou de difícil reparação à honra e crédito do autor.

b) A procedência da ação para:

Declarar a inexistência de débito entre as partes; Condenar a ré ao pagamento de indenização por danos morais, sugerido em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), decorrentes da inscrição indevida do nome do autor nos cadastros de restrição de crédito. c) A inversão do ônus da prova, conforme o artigo 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor, por ser o autor parte tecnicamente hipossuficiente e face à verossimilhança das alegações.

Valor da Causa

Dá-se à causa o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Requerimento para Citação do Réu

Requer-se, outrossim, que seja citada a pessoa jurídica ré, Conexão Telefônica S.A., no endereço de sua sede principal, para que, querendo, conteste a presente ação no prazo legal, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos aqui alegados.

Local, Data e Assinatura

Brasília/DF, 29 de novembro de 2023.

Eduardo de Almeida Costa CPF: [Inserir CPF] Engenheiro Civil – CREA [Inserir número do CREA] [Inserir Endereço Completo] [Inserir Telefone] [Inserir E-mail]